

2

Revisão da literatura

2.1.

As gramáticas normativas

Uma vez considerada a perspectiva (português como língua estrangeira) sob a qual o fenômeno linguístico que nos interessa para efeito de pesquisa - qual seja, os usos de “ser” e “estar” - será investigado e descrito, não nos surpreende que os manuais de gramática tradicional disponíveis e produzidos por dois renomados gramáticos da língua portuguesa, a saber, Cunha & Cintra (2001) e Rocha Lima (2001) não contemplem o arcabouço teórico-metodológico na base do qual possamos orientar nossa pesquisa. Evidentemente, não cabe responsabilizá-los por essa lacuna, não só porque os objetivos a que se propõem os autores, em seus trabalhos, são divergentes dos objetivos do linguista que se ocupa com a descrição e explicação de fenômenos linguísticos, orientadas para o ensino de PL2E, mas também porque as questões com as quais os pesquisadores e professores dessa área se veem à volta não carecem de ser colocadas naqueles manuais. Em outras palavras, os manuais de gramática a que nos referimos são destinados a falantes nativos de português, portanto a indivíduos que tem competência comunicativa em sua língua materna. Disso se segue que não é necessário ensinar esses falantes, por exemplo, a usar adequadamente os verbos “ser” ou “estar”, visto que o conhecimento do uso desses verbos é parte de sua competência comunicativa, adquirida e desenvolvida no decorrer de suas experiências sócio-culturais enquanto falantes nativos de português. Sucede diferente no caso dos falantes estrangeiros cujos esforços são orientados para a aprendizagem do português, que é, para eles, não só uma língua diferente, mas um sistema de codificação cultural (portanto, de mundo) distinto do sistema cultural em que nasceram, cresceram e vivem.

Quando se leva em conta o tratamento dos verbos “ser” e “estar” nas gramáticas normativas, pode-se esperar que esses verbos sejam considerados em dois domínios da gramática: no da morfologia, caso em que se consideram suas

flexões, sua participação em estruturas perifrásticas e seu comportamento como verbos auxiliares aspectuais; e no da sintaxe, mais precisamente, da sintaxe oracional, caso em que são considerados “verbos de cópula (ou ligação)”⁶.

Para satisfazer os objetivos que nos propomos, vamos apresentar, em linhas gerais, o tratamento dispensado por Cunha & Cintra (2001) e Lima (2001) aos verbos *ser* e *estar* no domínio dos estudos de sintaxe oracional, destacando, evidentemente, os aspectos que nos pareçam mais relevantes.

Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2001, p. 238, ênfase no original), Lima, ao estudar o predicado, classificando-o em nominal, verbal e verbo-nominal, incluirá os verbos “ser” e “estar” entre os verbos denominados de ligação, cuja função é tão só relacionar o termo predicativo ao seu sujeito. Veja-se, a seguir, o que nos escreve o autor nesse tocante:

O *predicado nominal* tem por núcleo um *nome* (substantivo, adjetivo, ou pronome). Consideremos as seguintes frases:
 Pedro é doente
 está
 anda
 permanece
 (...).

O autor acrescenta, na mesma página, que tais verbos “são elementos indicativos dos diversos aspectos sob os quais se considera a condição de *doente* em relação a *Pedro*”, no entanto, não nos diz nada mais a respeito da diferença semântica depreendida do uso desses diversos verbos, especialmente de *ser* e *estar*. Ora, parece-nos que o uso de “ser” ou “estar” na estrutura “x₁___ doente” acarretará sentidos diferentes, tendo em conta, evidentemente, o contexto. A ocorrência de “ser” nessa estrutura pode veicular a informação ‘Pedro sofre de uma doença mental’, o que não, necessariamente, sucede com o uso de “estar”. Pode-se dizer “Pedro está doente” para comunicar que ele está gripado ou foi acometido de uma doença incurável. Nesse caso, a distinção entre ‘permanente e temporário’ de que o uso de “ser” e “estar” são expressão torna-se, no mínimo, discutível. Não convém aqui discutir a pertinência dessa distinção semântica (não “aspectual”) já consagrada na literatura; por ora, basta-nos essa sugestão.

⁶ Como verbos de cópula ou ligação, os verbos “ser” e “estar” relacionam um sujeito e um predicativo do sujeito, função desempenhada por um SN ou SAdj.

Não se pode esquecer que Lima considera o termo que funciona como predicativo, que pode ser um substantivo, um adjetivo ou pronome, como núcleo da oração. Essa lição se assenta na ideia de que é aquele termo responsável pela predicação, embora o conceito de predicação não seja, claramente, definido na tradição gramatical. Outras obras há, conforme veremos, em que o conceito de predicação, fundamental para o estudo dos usos de “ser” e “estar”, é apresentado e definido. De qualquer modo, o que o gramático permite-nos entrever é que o núcleo é o elemento que carrega conteúdo semântico e, nesse caso, predicar significa acrescentar um ingrediente semântico a um termo, no caso, ao sujeito. Ora, a perspectiva da descrição tradicional destitui os verbos “ser” e “estar” de conteúdo semântico, ou melhor, de significado lexical; portanto, não lhes pode conferir o estatuto de núcleo.

Cunha & Cintra (2001, p. 133, ênfase no original) referem os conteúdos semânticos expressos pelos verbos de ligação. A distinção semântica entre “ser” e “estar” repousa na oposição entre “estado permanente” (associado a “ser”) e “estado transitório” (associado a “estar”). Em nota, os autores nos informam o seguinte:

Os VERBOS DE LIGAÇÃO (ou COPULATIVOS) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Não trazem propriamente idéia nova ao sujeito; funcionam apenas como um elo entre este e o seu predicativo.

Não trazer ideia nova ao sujeito significa não comportar *significado lexical*, que diz respeito aos modos como as línguas estruturam as parcelas de nossas experiências de mundo, ou aos elementos do universo biossocial em que os homens vivem. Trata-se, pois, de um significado que aponta para o domínio extralinguístico.

2.2.

Trabalhos de orientação linguística

Doravante, considerar-se-ão os trabalhos de estudiosos como Azeredo (2000), Bechara (2002), Illari & Basso (2008), Mateus (1994), Rebelo (1999). De passagem, também serão consideradas as definições de predicação apresentadas por Neves (2000) e Marques (2003). Cuidamos ser necessário incluir também, no elenco de trabalhos aqui submetidos a nossa avaliação, a *Modern Grammar Portuguese* (2002) de Perini – obra referencial para a pesquisa e ensino em PLE, e a *Brazilian Portuguese: your questions answered* (1992), de Daniele M. Grannier-Rodrigues *et.al.*, um estudo que também é prestigiado, por sua tentativa de dar conta de dificuldades recorrentes na aprendizagem do português por falantes estrangeiros.

2.2.1. A proposta de José Carlos de Azeredo

A lição de Azeredo que mais nos importa, no tocante à questão dos usos de “ser” e “estar” se acha na seção *A predicação e a categoria de aspecto*, no capítulo quinto de sua *Iniciação à Sintaxe do Português* (2000, p. 84), obra em que a sintaxe é estudada de uma perspectiva muito destoante do enfoque da gramática tradicional, sem que se tenha descurado desse legado. Antes de apresentar a contribuição de Azeredo nesta seção, convém dar a saber o que o autor entende por *predicador*.

Azeredo observa que o predicado se define pela combinação de um componente lexical e um componente gramatical. O componente lexical diz respeito ao significado lexical; o componente gramatical, a seu turno, toca às noções gramaticais de ‘tempo’, ‘modo’, ‘aspecto’, ‘número’ e ‘pessoa’. Para Azeredo (p. 46), o componente lexical é que define o predicador. Donde se segue que o fundamental para a função de predicador é o fato de esse termo comportar um significado que será acrescido ou relacionado ao significado de outro termo na vizinhança sintática. Seguem-se as palavras com que Azeredo define os *verbos predicadores*: “Reserva-se então o nome de *verbo predicador*⁷ àquele que reúne na

⁷ Ênfase no original.

mesma forma concreta os componentes lexical e gramatical. Os verbos predicadores podem ser transitivos ou intransitivos” (pp. 46-47).

Atentando para a definição apresentada pelo autor, depreende-se que os verbos “ser” e “estar” (bem como todos os demais verbos “de ligação”) não se incluem na classe dos verbos predicadores. Àqueles Azeredo chamará *transpositores*. Um verbo transpositor é aquele que “transpõe” a função de predicador ao termo que lhe é subsequente. Em outras palavras, o transpositor atribui àquele termo a função de predicador. Na frase citada por Lima, anteriormente vista – Pedro é doente, o verbo “ser” é o transpositor; e “doente”, o predicador. Para Azeredo, o transpositor é um verbo puro (p. 47), já que, desprovido de significado lexical, apresenta apenas o componente gramatical. Assim, nas estruturas em que se acham os verbos “ser” e “estar, o componente lexical e gramatical estão separados: este último é expresso por estes verbos; e o primeiro fica restrito ao termo que se lhes segue. Acrescente-se que a função de predicador será representada por termos categorialmente diversos, podendo ser sintagmas adjetivais, adverbiais ou preposicionais, e até mesmo oracionais. Assim, à página 47, o autor refere, entre outros exemplos, a frase “A entrada foi sem convite”, a qual é analisada de modo a fazer ver uma relação entre um sujeito (a entrada) e um predicador (sem convite) estabelecida por um transpositor (foi).

Tendo em conta a existência de predicadores não-verbais, o autor nos ensina:

(...) a condição de predicador repousa numa compatibilidade semântica entre os sintagmas – sujeito e predicador – envolvidos na relação predicativa, de modo que, se o predicador é não verbal, o sintagma que o realiza pode ocupar o lugar de modificador do sintagma que desempenha a função de sujeito (ib.id.).

Uma frase como “o céu é azul” ilustra a explicação do autor. O adjetivo “azul” pode adjungir-se ao sintagma nominal “o céu”, de modo a formar o sintagma complexo “o céu azul”. Nesse caso, passou-se de uma organização sintática de predicação para uma organização sintática de modificação.

Cuidamos que, agora, estamos devidamente situados na perspectiva do autor, de sorte que podemos avançar na consideração do tratamento dispensado por ele aos verbos “ser” e “estar”.

Azeredo (p. 84) dará destaque especial ao comportamento semântico dos verbos copulativos (para ele, transpositores). Observará o autor que são parecidos

os contextos sintáticos em que figuram “ser” e “estar”. Seguem-se os exemplos apresentados: “ 231a- Este café *é* bom / 231b - Este café *está* bom; 232a- Luís *é* rico; 232b- Luís *está* rico; 233a - O céu *é* azul / 233 b- O céu *está* azul” (ênfase no original).

Nos enunciados em que aparece “ser”, dirá o linguista que são genéricos e que “afirmam dados da nossa experiência independentes das circunstâncias” (ib.id.). Os enunciados com “estar”, por outro lado, representam as qualidades como adquiridas ou eventuais. Sua contribuição mais importante, no entanto, surge no momento em que observa que a escolha entre “ser” e “estar” depende de certos pressupostos, que tocam “ao modo de existência – absoluto x contingente – dos dados da experiência referidos pelo enunciado” (p. 85).

Para Azeredo (p. 84), no enunciado “O carro dele é veloz, mas está lento”, a ocorrência de “estar” , na segunda oração, se deve à capacidade de o enunciador pressupor dois conteúdos: resultado de mudança ou passível de mudança. O uso de “ser”, para o autor, exclui qualquer pressuposto.

Em seguida, o autor contesta a ideia de que ao verbo “estar” associa-se sempre a noção de ‘transitoriedade’. Escreverá o autor:

(...) O caráter temporário ou definitivo de certos atributos é parte da significação dos próprios predicadores, e não devido ao verbo, haja vista os seguintes enunciados:

238 – O jogo *está* perdido

239 – Este homem *está* morto

240 – O bolo *está* intacto

241 – A casa *está* disponível”

(Azeredo, 2000, p. 85, ênfase no original)

Cabe referir ainda um exemplo interessante, em que figura o adjetivo “passageira” relacionado a “chuva” mediante “estar”: “245 – Não se preocupe, esta chuva é passageira” (ib.id.).

Azeredo nos ensina que “passageira” é um atributo constante da chuva, de modo que entendemos aí que ‘esta chuva’ pertence à classe das chuvas passageiras. É por ser entendida como um atributo constante que “passageira” é usado com “ser” e não com “estar, segundo o autor.

Finalmente, cabe lembrar a importância de adverbiais temporais na anulação de diferenças de sentido entre “ser” e “estar”. Os exemplos fornecidos pelo autor são os seguintes:

- 249a – Estes atletas ainda estão jovens
 249b – Estes atletas ainda são jovens
 250a- Estas casas já estão velhas
 250b – Estas casas já são velhas
 251a – Ana Maria está sempre alegre
 251b – Ana Maria é sempre alegre
 (ib.id.)

Vejam agora como o linguista entende o conceito de predicação. Começamos notando o seguinte: a predicação é uma função realizada em construções sintáticas formadas por verbos; e nisso se distingue da *modificação*, uma função realizada em construções que dispensam o verbo. Assim, escreverá Azeredo (2002, p. 75):

O ato de predicar constitui ordinariamente uma declaração sobre um conceito, e só é possível graças ao **verbo**. O verbo tem outras funções na língua, mas “predicar” é sua função mais típica, além de lhe ser exclusiva (grifo no original).

Logo a seguir, na mesma página, o autor acrescenta:

Modificação e predicação são conceitos correlatos, visto que ambos expressam modos de existência dos seres. Adjetivos podem, até mesmo, desempenhar o papel da predicação. Na fala, isso acontece em frases exclamativas (*Muito inteligente, esse menino!, Cabra safado!*). Nas frases declarativas, o adjetivo toma parte na predicação ao vir introduzido pelo verbo ser (ib.id.).

O autor, para ilustrar as duas funções, refere como exemplos construções do tipo “céu azul” e “O céu é azul”, das quais se depreende, respectivamente, as funções de modificação (pela adjunção do adjetivo ao substantivo) e de predicação (pela intercalação do verbo entre o sujeito e o predicativo).

Parece-nos, contudo, que Azeredo se contradiz ao postular que a predicação é uma função exclusiva do verbo, num primeiro momento, e depois afirmar que “o adjetivo toma parte na predicação”. Ora, então predicar não é uma função exclusiva do verbo, embora lhe seja típica.

Pode-se concluir que, para o autor, em construções com “ser” seguido de adjetivo, é esta última unidade que exerce a função de predicação. Veremos que o adjetivo será o predicador e também o núcleo. Não obstante, o que nos interessa aqui é fazer ver que o adjetivo só pode predicar porque há na oração uma forma verbal que o habilita a exercer tal função. Na ausência do verbo, ele não predicaria, mas modificaria o significado do substantivo a que se vincula. Vale

notar que, nas frases exclamativas referidas pelo autor, o adjetivo desempenha a função de predicação, porque se pode subentender o verbo “ser” nessas construções (cf. *É muito inteligente, esse menino!*; *Cabra é safado!*).

Diremos - e nesse tocante seguimos Azeredo – que o verbo “ser” (também o “estar”) transfere ao termo que se lhe segue à direita a função de predicação. Por transpor a função de predicação a esse elemento à direita, os verbos “ser” e “estar” serão considerados “transpositores”. Exercendo a função de predicação, os constituintes dispostos à direita serão considerados, ao contrário do que sugere Bechara, “núcleo” do predicado.

2.2.2. A lição de Bechara

Do ponto de vista descritivo, a *Moderna Gramática Portuguesa* (2002), de Evanildo Bechara, se afina com as novas perspectivas de análise da estrutura da língua desenvolvidas na esteira dos estudos da linguística moderna. Por isso, reunimos o trabalho do gramático aos dos linguistas já apontados, no limiar desta seção. O autor faz questionamentos e observações interessantes, que representam relativo avanço, quando consideramos o que nos ensina a gramática tradicional. Interessa-nos, particularmente, a seguinte observação aduzida pelo autor. Referimos o trecho na íntegra.

2) Vale a pena distinguir predicado verbal e predicado nominal? – Tal esvaziamento do signo léxico representado por esses verbos, esvaziamento que se supre com o auxílio de um nome (substantivo e adjetivo), e a particularidade de concordar o predicativo em gênero e número com o sujeito levaram a uma distinção entre predicado *verbal* (*Pedro canta*) e predicado nominal (*Pedro é cantor, Maria é professora*), o que implicava retirar de tais verbos o *status* de verbo – pois sua missão gramatical se restringiria a “ligar” [...] o predicativo ao sujeito”. “(...) do ponto de vista funcional e formal, tais verbos [os “de ligação] apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo-se aí os morfemas de número, pessoa, tempo e modo; daí acompanharmos neste livro os lingüistas e gramáticos que defendem a não-distinção entre *predicado verbal* e *predicado nominal*, incluindo também a desnecessidade de distinguir o *predicado verbo-nominal*. **Toda a relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo.** (Bechara, 2002, p. 426, grifo nosso)

Não nos interessa propriamente a relevância da distinção ou não entre *predicado verbal* e *predicado nominal*, mas sim a compreensão da natureza dos

verbos de ligação – compreensão esta que está na base da referida distinção. É por sustentar que os chamados “verbos de ligação” são desprovidos de significado lexical⁸ que a gramática tradicional faz a distinção entre predicado verbal e predicado nominal. Dizer que tais verbos são desprovidos de significado lexical significa dizer que, do ponto de vista valencial, são incapazes de atualizar uma estrutura relacional e de descrever um estado-de-coisas⁹; significa, em suma, dizer que são incapazes de predicar. O problema está - assim nos parece - na conclusão que daí resulta; ou seja, no fato de que tais verbos não são habilitados a cumprir a função de predicação não redundante que sejam “esvaziados semanticamente”. Conforme veremos, a escolha entre “ser” e “estar” produz significados. Ademais, nas construções em que tais verbos se articulam a SP, o significado da oração é construído na relação desses verbos com o predicador. Não se pode negar que o uso de “estar”, por exemplo, envolve conteúdos pressupostos.

A crença tradicional de que tais verbos são desprovidos de significado e de que, por isso, tenham de ser relegados à categoria de meros elementos de ligação sintática repousa na comparação tácita do comportamento sintático-semântico desses verbos com o comportamento de outros verbos, chamados ‘plenos’, porque habilitados a estabelecer uma estrutura relacional, ou seja, a cumprir a função de predicação. É o caso do verbo ‘amar’, cuja semântica prevê uma estrutura relacional em que se articulam dois argumentos (X ama Y). Como cumpra uma função predicativa, o verbo ‘amar’ designa um estado-de-coisas em que se distinguem dois participantes: um experienciador (na posição de sujeito) e um paciente (na posição de objeto)¹⁰. Tal não ocorre com os verbos “ser” e “estar”, que transferem a função de predicação para o constituinte que se lhes segue imediatamente à direita. Por isso, neste trabalho, são considerados transpositores.

Resta-nos considerar o trecho final do texto de Bechara, destacado por nós em negrito. Afirma o autor que duas foram as razões para que os verbos de estado passassem a ser visto como meros elementos de ligação: 1) o seu esvaziamento

⁸ Para Bechara (2002, p. 109), “é o significado que corresponde ao *quê* da apreensão do mundo extralinguístico, isto é, é o que corresponde à organização do mundo extralinguístico mediante as línguas”.

⁹ “Um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental) (...) [é] uma codificação linguística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação” (Neves, 2004, p. 84).

¹⁰ Seguimos Marques (2003, p. 125). A autora não fornece nenhum exemplo com o verbo ‘amar’, mas nos dá a saber um exemplo com o verbo ‘gostar’, distinguindo em sua estrutura relacional um experienciador na função de sujeito e um paciente na função de objeto indireto.

semântico; 2) e o fato de fazer o predicativo concordar em gênero e número com o sujeito. Segundo Bechara, a carência semântica de tais verbos é satisfeita pela presença de um nome (substantivo e adjetivo) que, comportando significado lexical, estão habilitados a predicar. Não só é equivocada a crença em que tais verbos sejam desprovidos de significado, como também o é a proposta de reduzi-los, funcionalmente, a “elementos de ligação”. Os verbos chamados ‘de ligação’ continuam sendo verbos, pelas razões aduzidas pelo próprio Bechara; mas, diferentemente de outras classes de verbos, não estão habilitados, por si mesmos, a estabelecer a predicação. Isso significa dizer que não podem sozinhos: a) atribuir propriedades ao sujeito; b) estabelecer um número de argumentos. O predicador (constituente responsável pela predicação) é o elemento em torno do qual se estabelece uma estrutura argumental; é ele também responsável por fazer restrições quanto aos traços semânticos que devem comportar seus argumentos e por atribuir a cada um deles um papel semântico (agente, paciente, beneficiário, etc.). Os verbos, tradicionalmente, chamados “de ligação” não são capazes, portanto, de comportar-se como um predicador. Disso não se segue que não possam tomar parte da predicação, funcionando como uma espécie de suporte sintático. Se entendermos por predicar a emissão de um juízo sobre o sujeito, claro é que a predicação não é possível sem a ocorrência de um verbo. O adjetivo, sem o verbo, não predica; mas modifica, como vimos.

Propomos, pois, a seguinte solução para o problema da predicação, quando nele estão envolvidos os verbos de estado, como “ser” e “estar”. Embora seja um fenômeno fundamentalmente semântico, a predicação só se pode realizar pelo estabelecimento de uma estrutura sintática.

Há que distinguir, pois, dois aspectos no conceito de predicação: um semântico, que diz respeito não só à atribuição de papéis semânticos aos argumentos do predicador, mas também a restrições quanto aos traços semânticos que devem encerrar tais argumentos; e outro sintático, que diz respeito ao estabelecimento pelo predicador de uma estrutura argumental. Sintaticamente, a predicação se realiza quando o predicador determina o número de lugares vazios que serão preenchidos pelos seus argumentos. É o caso do verbo “amar” que, ao predicar, determina certo número de argumentos em torno de si (X ama Y).

Vê-se que os verbos “ser” e “estar” não podem exercer as funções esperadas de um termo capaz de predicar, mas podem transferir essas funções ao constituinte

que se lhes segue imediatamente à direita. Em outras palavras, podem habilitá-lo a exercer as funções de predicador. Os verbos “ser” e “estar” são, portanto, suportes sintáticos da predicação, cuja realização é transferida por eles ao constituinte seguinte.

Finalmente, atendo-nos ao fragmento em negrito do texto de Bechara, a conclusão a que chega o autor não pode ser aceita, dado que o núcleo, quando considerado no domínio do predicado, é a posição ocupada pelo elemento que exerce a predicação. Como os verbos “ser” e “estar” não podem exercê-las, deixam de ser núcleo, passando esta posição a ser ocupada pelo constituinte que lhes figura à direita.

2.2.3. A contribuição de Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso

Em *Gramática do Português Culto falado no Brasil* (2008), organizado por Ataliba T. de Castilho, Ilari & Basso propõem, no capítulo intitulado de *verbo*, uma descrição da predicação verbal assentada na gramática de valências. Ao se ocupar dos verbos biargumentais (nomenclatura empregada pelos autores, embora na literatura da gramática de valências, encontremos a designação “bivalente”), considerarão o verbo “ser” como biargumental tão-só quando, articulado a um SN à direita, esse SN e o SN na posição de sujeito são co-referenciais. Nesse caso, dirão os autores, “temos uma sentença reversível”:

Numa teoria da valência como a que estamos esboçando aqui, não seria correto enquadrar automaticamente todos os usos do verbo *ser* entre os biargumentais: o verbo *ser* só é argumental quando indica relações de equivalência: nesse caso, temos uma sentença reversível que, se for verdadeira, nos informa que dois nomes ou descrições diferentes têm a mesma referência (Ilari & Basso, 2008, p. 196, ênfase no original).

Para os autores, entretanto, quando o verbo “ser” se acompanha de um SN (não co-referencial) ou de adjetivo, não tem aquele comportamento valencial. Em outras palavras, o predicador será o adjetivo; não o verbo. Assim, para os autores, o verbo “ser” quando empregado com função atributiva não será responsável pela estrutura argumental da oração; não será ele um predicador.

Os autores reconhecem a existência de predicadores não-verbais, entre os quais referem os substantivos comuns, os adjetivos e certas preposições. Esses constituintes, embora carreguem informações semanticamente indispensáveis à oração “não são sintaticamente capazes de formar (...) sentenças sem a presença de um verbo (...)” (p. 208). Como se vê, os autores corroboram a noção aqui defendida, segundo a qual a predicação, enquanto modo de organização sintática, depende da ocorrência de um verbo, ainda que este sirva tão só de suporte da predicação, como sucede com os verbos “ser” e “estar”. No tocante à ocorrência de “ser” e “estar”, escreverão os autores:

Essa exigência é de ordem sintática, porque, no caso, as informações trazidas pelo verbo não são essenciais – de resto há línguas (como o russo) em que o uso do verbo é regularmente dispensado nessas circunstâncias (ib.id.).

Embora eles não estendam suas considerações sobre as ocorrências do verbo “estar”, há passagens do trabalho que nos permitem inferir a posição deles. Na frase “Ele fica ali por causa da comida”, citada pelos autores (p. 204), o constituinte “por causa da comida”, dizem eles, não é um argumento de “ficar”. O seu argumento é “ali”, que se refere a ‘emX’, previsto pela valência desse verbo. Disso se segue que, para a determinação dos argumentos de um verbo, é necessário distinguir os constituintes necessários à configuração de um *estado-de-coisas*¹¹ dos que não o são. Para a organização da experiência na língua, certos elementos são fundamentais na construção de um dado estado-de-coisas. Esse estado-de-coisas é um desdobramento da semântica do verbo e é representado na estrutura relacional da oração. Assim, “adorar” é um verbo que codifica uma situação em que distinguimos duas entidades: uma interpretada como *experienciador* e outra interpretada como *objeto*. O experienciador é a entidade que nutre grande afeição pelo objeto (que pode ser uma pessoa). Assim, o verbo “adorar” prevê uma estrutura relacional do tipo X adora Y, que pode ser atualizada como “Pedro adora chocolate”.

Parece-nos razoável dizer que o verbo “estar”, quando usamos com construções locativas (‘emSN’), seria por eles considerado um verbo biargumental, prevendo assim a ocorrência de dois argumentos: um na posição de sujeito e o outro na posição de locativo (cf. Pedro está em casa). De acordo com

¹¹ Ver nota 8.

os autores, “em casa” seria um termo argumental, indispensável, portanto, à construção da estrutura predicativa da oração.

A perspectiva assumida por Ilari & Basso é válida, na medida em que permite abrir caminho para um tratamento que dê conta da complexidade de combinatórias em que está envolvido o verbo “estar”. No tocante ao comportamento deste verbo, de acordo com a posição dos autores, é notável o fato de que, quando usado para indicar posição espacial ou situação no espaço, ele passa a assumir a função de predicador, prevendo dois argumentos, um dos quais, coloca à direita, vem introduzido de preposição, como em “Pedro está em casa”. Por outro lado, se vier acompanhado de adjetivo, “estar” deixa de se comportar como predicador, transferindo ao adjetivo essa função, como em “O almoço está pronto”¹². Restaria saber se é o caso de termos dois verbos diferentes ou um mesmo verbo que pode exibir um comportamento sintático-semântico diferente.

Não obstante reconhecermos a relevância do tratamento dispensado pelos autores aos verbos “ser” e “estar”, a análise proposta por eles não se afina com os objetivos perseguidos neste estudo, uma vez que nosso objetivo basilar não é descrever apenas as formas como se estruturam sintaticamente dos verbos “ser” e “estar”, mas determinar os fatores que condicionam o uso deles.

Ao aprendiz estrangeiro não interessa saber se o verbo “estar” vai exigir a presença de um constituinte do tipo “em casa” em “Pedro está em casa”; o que lhe interessa, na verdade, é saber por que usar “estar” e não “ser” nesse caso. Impomo-nos, neste estudo, tornar explícitos os componentes de regras que os falantes nativos de português ativam, sem disso ter plena consciência, quando escolhem entre uma forma e outra (não sem o reconhecimento – insistimos - de que essa escolha se faz quase sempre automaticamente).

2.2.4. As contribuições de Mateus et.al., Neves e Marques

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (1994), Mateus et.al., no capítulo destinado ao tratamento dos mecanismos de construção proposicional e de referência, definem, de imediato, o conceito de predicação, que é entendido como

¹² Ilari & Basso (2008, p. 207) referem um exemplo em que “estar” aparece junto à forma “pronta”.

a atribuição de propriedades a uma entidade ou o estabelecimento de uma relação entre entidades¹³. Assim, se expressam as autoras:

Se, de um ponto de vista semântico, a operação **predicar**² consiste em atribuir uma determinada propriedade a um certo termo ou em estabelecer uma relação entre termos, *do ponto de vista comunicativo, o acto de predicar (e, portanto, a construção de predicacões visa, fundamentalmente, descrever estados de coisas relativos a um dado universo de referência* (Mateus et. al., 1994, p. 37, grifo no original).

Dada a importância do conceito de predicação numa abordagem funcionalista, perspectiva na qual nos situamos, convém referir a definição de predicação oferecida por Neves, em sua *Gramática de Usos* (2000). Segundo a autora, a predicação “(...) constitui, pois, o resultado da aplicação de certo número de termos (que designam entidades) a um **predicado** (que designa propriedades ou relações)” (Neves, 2000, p. 25, grifo no original).

A idéia de que a predicação, designando um estado-de-coisas, organiza semanticamente a experiência humana (portanto, a predicação como um fenômeno que atualiza linguisticamente a representação conceitual da realidade), é patenteada por Marques, em seu livro *Introdução à Semântica* (2003). A organização da experiência humana por meio da língua pode ser percebida:

“(...) em enunciados ou estruturas de predicação, que criam, descrevem, estruturam acontecimentos, num dado universo de referência, indicando o papel que desempenham determinados argumentos, como participantes ou circunstâncias, nessas estruturas de predicação” (Marques, 2003, p. 118).

Consideradas em conjunto as visões de Mateus et.al. e Marques, vemos, teoricamente corroborada, a distinção de dois aspectos envolvidos na questão da predicação, já aventada: do ponto de vista formal, estabelecem-se, pela predicação, relações entre argumentos e um predicator; do ponto de vista semântico, atribuem-se papéis semânticos a esses argumentos, além de se lhes restringir certo número de traços semânticos.

¹³ Matteus *et.al.* (1994: 41) observa que “o predicator determina o número de argumentos que têm de ocorrer obrigatoriamente na predicação (...) e a relação semântica que cada um deles mantêm com o predicator. O predicator é, portanto, o elemento em torno do qual se organiza uma predicação”.

Dados os objetivos pretendidos, vamo-nos cingir ao que acreditamos seja relevante na abordagem de Mateus et.al. À página 98 de sua obra, as autoras aventam a questão: “Qual a razão por que certos predicadores selecionam obrigatoriamente *ser* e outros *estar*?”

Na tentativa de dar conta dessa questão, as autoras propõem uma “ontologia subjacente à categorização do real que as línguas (...) exprimem” (p. 99). De acordo com esta visão ontológica subjacente, haveria objetos aos quais seriam aplicadas propriedades consideradas como permanentes e outros aos quais se aplicariam propriedades temporalmente limitadas. Destarte, nas palavras das autoras,

(...) os primeiros [objetos] exprimem propriedades permanentes (ou pelo menos, estáveis) – como é o caso de raça, nacionalidade, características físicas, fisiológicas ou psicológicas duradouras, propriedades definitórias de uma dada entidade ou conjunto de entidades -, enquanto os segundos exprimem propriedades temporárias ou transitórias – como é o caso de estados subsequentes a uma alteração ou transição sofrida por uma dada entidade (ib.id.).

Para Mateus et.al., no seu exemplo “A flor *está* murcha”, referido na página 98, é a natureza do predicador que determina o uso de “estar” e, conseqüentemente, rejeita o uso de “ser”. O predicador é que seleciona um dos verbos. Como “murcha” designa um estado resultante de mudança, é o verbo “estar” a forma habilitada a expressar essa noção.

É interessante notar que as autoras consideram “ser” e “estar” verbos predicativos, em enunciados com predicadores não-verbais, sempre que tais predicadores forem os responsáveis pela seleção de um ou outro verbo. Ademais, também serão verbos predicativos, caso tais verbos, em virtude da natureza aspectual do estado-de-coisas representado, possam dar lugar a uma variante aspectual. Assim, segundo Mateus et.al., em “Joana anda adoentada” (p. 101), o verbo “andar” é uma variante aspectual de “estar”. Nesse caso, “estar” deve ser considerado um verbo predicativo.

Não ficam claros os critérios por que se distinguem os conceitos de *predicativo* e *predicador*. Se os verbos “ser” e “estar” não são os predicadores quando usados com formas adjetivas, por que continuam a ser chamados de “predicativos”? A razão pode ser depreendida do seguinte passo:

(...) em todos os casos em que a ocorrência de *ser* e *estar*, em enunciados com predicados não verbais, for função da natureza das propriedades expressas por esses predicadores, ou em que o valor aspectual do estado de coisas descrito determine a ocorrência de uma variante aspectual de *ser* e *estar*, chamaremos a estes verbos **verbos predicativos** (ib.id., grifo no original).

Com vistas a validar sua proposta, as autoras nos remetem a exemplos citados em páginas antecedentes. Um dos exemplos apresentados é “O João é português”, o qual ilustra um caso em que o verbo “ser” é um verbo predicativo, dado que sua ocorrência é determinada pela presença do constituinte “português”, que não aceita “estar”. Outro exemplo referido é “O muro é alto”, para o qual vale a explicação segundo a qual o valor aspectual do estado de coisas descrito é determinante da ocorrência de uma variante aspectual de “ser”. Assim, para as autoras, “ser” é um verbo predicativo porque o estado-de-coisas permite a ocorrência de uma variante como, por exemplo, “permanecer” (O muro permanece alto). Válido nos parece que se possa usar o termo predicativo para recobrir a noção de que são os verbos “ser” e “estar”, em casos em que o predicador (adjetivo) admite um e outro verbo, que permitem distinguir entre os conteúdos ‘propriedade de um individual’ (com “ser”) e ‘propriedade de uma manifestação temporalmente limitada de um individual’ (com “estar”); mas carece de uma justificativa adequada o pretender que se estenda essa noção aos casos em que é o predicador que não dá margem a escolhas. Assim, por exemplo, como explicar seja predicativo o verbo “estar” em “A rosa está murcha”, se ele figura aí por exigência da semântica do adjetivo “murcha”, que designa uma propriedade compatível com a ideia de ‘resultado de mudança’ depreendida do uso de “estar”? Em outras palavras, em que sentido ainda se pode dizer que “estar” é um predicativo?

Outro problema na abordagem das autoras é considerar a distinção semântica entre “ser” e “estar” uma distinção em termos de “aspecto”. Não acompanhamos as autoras nesse tocante, por duas razões básicas: a) o verbo “ser” é uma forma perfectiva; portanto, não aponta para a ‘constituição temporal interna do verbo’ (Costa, 1997); b) embora, tradicionalmente, se associe a “estar” as noções de ‘temporário’ ou ‘transitório’ elas não apontam para a constituição interna do fato, tampouco nos permite inferir as fases da duração de uma situação descrita. Não negamos a contribuição de “estar” na atualização da noção de

‘mudança de estado’, mas negamos que ela seja um conteúdo aspectual: em primeiro lugar, ela não se deve apenas ao verbo; em segundo lugar, sua inferência é, muitas vezes, dependente do contexto. Da frase “Eu estou feliz” é forçoso sugerir que “estar” exprime uma mudança de estado; o que ele marca é a circunstancilização na atribuição da qualidade designada por “feliz” ao sujeito. Uma interpretação que pretendesse ressaltar essa noção deveria apoiar-se em informações contextuais. Assim, se meu interlocutor sabe que, no dia anterior à enunciação de “Eu estou feliz”, eu estava triste, terá razão em dizer que houve uma ‘mudança de meu estado mental’.

Outro argumento, que nos parece decisivo para a rejeição da ideia de que tanto “ser” quanto “estar” atualizem ‘aspecto’, quando usados com adjetivos, é que, por um lado, o rótulo ‘aspecto’ abriga, tradicionalmente, um espectro variado de definições que encerram propriedades que não parecem concorrer para a compreensão adequada do conceito (Travaglia, 1985); por outro lado, as noções de ‘permanente’ e ‘temporário’ não parecem harmonizar-se com os conteúdos, tradicionalmente, incluídos na classe que exprime a noção de aspecto como envolvendo ‘duração de uma situação ou suas fases’¹⁴. Travaglia (1985: 66) inclui entre as noções não-aspectuais, embora ligadas ao aspecto, a de “habitualidade”, “incoação”, “resultividade”, entre outras. Segundo Costa (1997: 38), somente os lexemas que comportam, semanticamente, o traço [+durativo] são capazes de atualizar a categoria de aspecto, ou seja, podem fazer referência à constituição temporal interna da situação representada

Entendemos, portanto, que “ser” e “estar”, não sendo esvaziados semanticamente, vão construir com o predicador significados que serão sensíveis ao contexto. O significado base que eles comportam se expressa não na oposição ‘permanente’ e ‘temporário’, mas na oposição entre os conteúdos ‘definitivo’ e ‘não-definitivo’, os quais, por sua vez, exprimem o modo como a qualidade designada pelo adjetivo predicador é relacionada ao sujeito. Assim, em “Eu estou feliz”, entendemos que a qualidade “feliz” é atribuída ao sujeito “Eu”, graças a

¹⁴ Usamos o termo “situação”, seguindo Travaglia (1985, p. 51), que o propõe para recobrir as noções de ação, estado, processo, atividade, fato, evento, etc. Trata-se, portanto, de um termo geral para designar os diferentes conteúdos semânticos descritos pelos verbos.

“estar”, de modo “não-definitivo”. Do ponto de vista do discurso, “estar” opera uma circunstancialização na atribuição da qualidade designada pelo adjetivo.¹⁵

2.2.5. A contribuição de Rebelo

Malgrado o fato de Rebelo ter-se ocupado dos sentidos do verbo *ficar*, em seu estudo *Os sentidos de FICAR: uma formalização semântico-funcional voltada para o português como língua estrangeira* (1999), sua abordagem dos usos desse verbo, sendo bastante relevante ao ensino de PL2E, não deixa, por isso, de apontar para um problema básico que se impõe a quem quer que se dedique à descrição de verbos como *ser* e *estar*, tradicionalmente considerados como “verbos de ligação”, a saber, o problema do significado. Antes de elucidar esse problema, vamos dar a saber, em linhas gerais, a proposta de Rebelo.

Baseando-se em Peres (1984), Rebelo, com vistas a dar conta dos significados do verbo *ficar*, propõe os conceitos de *moldes de predicado* e *definidor semântico* (DS). O molde de predicado determina a distribuição dos constituintes sintáticos da oração. É no molde de predicado que as funções semânticas são atualizadas. Para formalizar o molde de predicado, Rebelo propõe a seguinte sequência de símbolos.

$$\phi (x_1) \text{ O}$$

A fórmula lógica supramencionada deve ser lida como: predicador ϕ de um lugar ou de um único argumento; (x_1) argumento; (O) a função semântica desempenhada pelo argumento. Na segunda linha, explicita-se a atualização lexical do predicador ao qual se seguem constituintes direta ou indiretamente relacionados a ele¹⁶.

Considere-se o trecho em que Rebelo nos dar a conhecer a definição de *definidor semântico*:

¹⁵ Esta e outras noções fundamentais para o empreendimento analítico serão apresentadas e definidas no capítulo quarto.

¹⁶ Rebelo (1999, p. 62) faz referência a duas espécies de definidores semânticos: um DS1, ligado diretamente ao predicador; e um DS2, ligado indiretamente ao predicador. Não nos interessa aqui dar a conhecer essa distinção.

Deste estudo resultou a criação de uma terminologia para designar constituintes que, ligados ao predicador verbal, são imprescindíveis para **a construção do significado do molde de predicado sem constituírem argumento desse predicador verbal**. Esses constituintes estão aqui designados como Definidores Semânticos (DS) (Rebello, 1999, p. 62, grifo nosso).

Faz-se mister observar que o DS é o constituinte responsável por construir o significado do molde de predicado, sem ser um argumento do predicador. Não obstante o fato de Rebello chamar de predicador o verbo *ficar*, nossa abordagem se alinha com a da autora no que tange à visão de que o significado das orações com verbos como “ser” e “estar” é construído na relação com o constituinte que se lhes segue à direita.

A título de ilustração, tomando-se uma frase como “O João está no jardim” e estendendo a formalização proposta por Rebello ao tratamento dos usos dos verbos “ser” e “estar”, poderíamos ter o seguinte modelo formal, que se apresenta numa forma resumida:

S: achar-se num dado lugar

Molde de predicado locativo estativo

$\phi (x_1) \circ$

: $\phi \Rightarrow$ ESTAR + DS

: DS \Rightarrow Adv () Sprep
+ lugar

: $X_1 \rightarrow$ SN situado mudável

— ϕ

O modelo formal completo deve encerrar as seguintes informações:

a) a classe de palavra do argumento e a classe sintática a que pertence o definidor semântico;

b) as restrições de seleção para cada argumento;

c) as classes de palavras que atualizam os definidores semânticos;

d) as restrições de seleção associadas aos definidores semânticos;

e) a posição ocupada pelo argumento em relação ao predicador.

Notemos, de passagem, que o “S” indica o significado da construção ‘estar__emSN’. O símbolo ϕ indica que o predicador se atualiza com a forma “estar” combinada com um DS na forma de SP [+lugar]. Em seguida, o argumento X_1 se apresenta na classe sintática SN, cumprindo o papel semântico de *situado mudável*.¹⁷

Não obstante sua relevância ao PL2E, o estudo de Rebelo não satisfaz a necessidade de descrever e explicar as condições semântico-sintáticas que determinam a seleção entre “ser” e “estar”. Ao contrário da posição assumida pela autora, não consideramos “ser” e “estar” verbos predicadores. Instamos em que eles não são responsáveis por determinar a estrutura de predicação na oração. Essa função é delegada por esses verbos ao constituinte que se lhes segue imediatamente à direita.

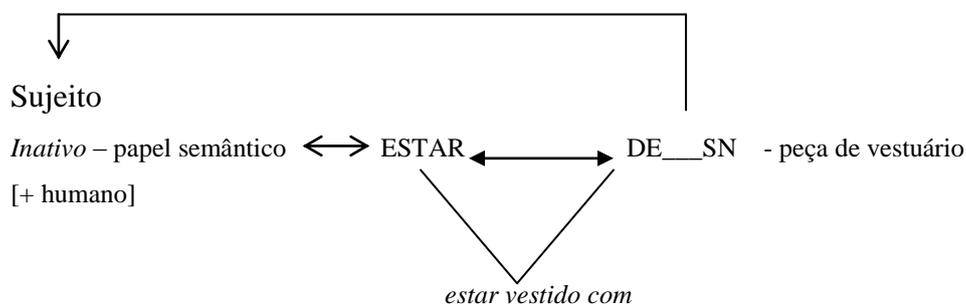
2.2.6. Borba e seu Dicionário Gramatical de Verbos

Embora o fato de que seja uma obra de referência por si só justifique a inclusão dela em nosso trabalho, sua importância em nossas reflexões sobre os usos de “ser” e “estar” não poderia deixar de ser notada, mesmo que seja para salientar os pontos em que divergimos do autor. Nosso interesse, contudo, vai mais além. Importa-nos notar que Borba, ao descrever os usos de “ser” e “estar”, apresenta-nos um vasto elenco de configurações sintático-semânticas das quais entram a fazer parte os referidos verbos. Isso é significativo, porquanto corrobora nossa hipótese de que um tratamento que vise a descrever e explicar a complexidade dos usos de “ser” e “estar” de modo adequado não se pode dispensar de considerar as variadas combinatórias estruturais nas quais o significado se constrói. Assim, tendo reconhecido, por exemplo, que “estar” se combina com um constituinte que apresenta a estrutura “de_SN”, ainda precisaremos saber quais os significados que a combinação de “estar” com

¹⁷ Os papéis semânticos dos predicadores preposicionais serão definidos e elencados no capítulo 8.

“de_SN” pode codificar; depois, com base nesses significados, quais são os traços semânticos estipulados para o sujeito. O importante é notar que, dependendo do preenchimento lexical da estrutura “de_SN”, que funciona como predicador, o sujeito deverá comportar um dado traço semântico. Veja-se um exemplo tomado de Borba (1991, p. 702, grifo no original): “3. Com sujeito **inativo** expresso por nome **humano** 3.1. com predicativo da forma **em/de** + nome indicativo de **peça de vestuário**, significa *estar vestido com*.”

Como se vê, Borba especificou um papel semântico¹⁸ e um sema do sujeito, qual seja, ‘humano’; descreveu a estrutura do que chama predicativo (para nós, predicador), não sem fazê-la acompanhar de um dos significados previstos por ela (peça de vestuário); e, finalmente, especificou o significado do todo, ou seja, resultante da combinação de “estar” com “em/de + substantivo” (estar vestido com). De passagem, cabe lembrar que, no português brasileiro, usa-se, nesse caso, a preposição “de”, de sorte que “estar em cueca” (parte de um exemplo dado por Borba) não é aceitável. Os falantes nativos de português brasileiro dizem “estar de cueca”. Segue-se a ilustração da configuração sintático-semântica, então, descrita por Borba, da qual participa “estar”.



A formalização acima deve ilustrar as seguintes etapas da descrição: a) parte-se do predicador, representado pela estrutura ‘DE__SN, especificando um dos significados codificados por ela (peça de vestuário); b) esse significado restringe o número de palavras que podem preencher a posição de predicador à classe das palavras que designam peças de vestuário; c) sem uma especialização contextual, o constituinte “DE__SN^{peça de vestuário} seleciona “estar” (embora possa,

¹⁸ O sujeito inativo é, segundo Borba (1991: XXI), “suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado”.

bem determinado o contexto, admitir “ser”¹⁹; d) esse constituinte, que é o predicador, faz restrição quanto à classe de sujeito.

Borba define um papel semântico para o sujeito; nossa análise, no entanto, não contempla papéis semânticos, já que não são relevantes para efeito de escolha entre “ser” e “estar”. Relevantes serão, contudo, os semas ou traços semânticos determinados pelo predicador relativamente ao sujeito.

Passarei a considerar, doravante, os aspectos que distanciam nossa perspectiva da perspectiva do autor. Cabe notar, inicialmente, que, no verbete **estar**, Borba faz menção ao significado de ‘transitoriedade’, que, tradicionalmente, está associado a esse verbo: “compõe predicado estativo de transitoriedade, ou seja, o predicativo se refere ao sujeito como algo não-essencial e passageiro” (ib.id.).

O exemplo aduzido pelo autor é “Você está louco?”, posto em cotejo com “Você é louco?” (ib.id.). Detendo-nos na consideração da primeira frase, claro nos parece que a ideia de transitoriedade, tradicionalmente, associada a “estar” nem sempre pode ser inferida com base apenas no uso desse verbo. Insistimos que a noção de ‘transitoriedade’ (e sinônimos) é depreendida, muitas vezes, com base em informações contextuais. Por exemplo, dependendo do que queremos dizer com “louco”, a ideia de ‘transitoriedade’ não se sustenta. Ora, parece-nos lícito supor que podemos usar a frase “você está louco”, entendendo por louco “aquele que é portador de esquizofrenia”. Nesse caso, o estado de louco não seria considerado como transitório. Também não está claro o que significa dizer que “louco” aí é uma qualidade “não-essencial”. O primeiro problema a ser notado é o recurso a uma noção estritamente filosófica, qual seja, a de essência. Mesmo no caso de “Você é louco?”, é difícil sustentar, com clareza, que “louco” é uma qualidade essencial do sujeito “Você”. Evitemo-la propondo outro olhar sobre a questão, tendo em conta o discurso ou o uso. Tomemos o exemplo com “ser”. Quem diz “Você é louco” opera, com o uso do “ser”, uma categorização da entidade referida pelo sujeito. Em outras palavras, atribuindo a qualidade “louco” ao sujeito, por meio de “ser”, o falante inclui a entidade referida pelo sujeito na

¹⁹ Pense-se na situação de futebol de rua. É comum que dois garotos decidam no par ou ímpar quem começará escolhendo seus jogadores. Imagine que um dos times jogue de camisa azul; e o outro, de camisa branca. Estando confuso sobre o time em que vai jogar, um deles poderia perguntar: “Em que time vou jogar?; e a resposta que poderia ouvir é “Você é de camisa azul”. Nesse caso, “ser” serve para indicar uma relação de identificação.

classe (ou categoria) das pessoas que ele considera “loucas” (excêntricas). Esse modo de entender o problema tem a vantagem de nos chamar atenção para a atividade sociocognitivo-interacional, que consiste na simbolização de parcelas de nossas experiências de mundo, que são, assim, transformadas em ‘dados’ de nossa consciência (Azeredo, 2002, p. 17) passíveis de ser comunicados em nossos discursos. Rejeitamos uma relação especular entre a linguagem e o mundo e assumimos que a realidade é incessantemente (re)construída pelos sujeitos sociais, com base em seu aparelho cognitivo-perceptual, moldado em suas experiências culturais por meio de suas atividades discursivas. Oportunas são as palavras de Marcuschi (2005, p. 67), nas quais convém ponderar:

(...) a língua não tem uma semântica imanente, mas ela é um sistema de signos indeterminados em vários níveis (sintático, semântico, morfológico e pragmático). Com isso, afasto-me de todas as teorias que usam a metáfora do espelho e propõem uma relação especular entre linguagem e mundo para explicar como comunicamos os conhecimentos. Uma tal correspondência especular entre a linguagem e o mundo seria uma espécie de representação mental do mundo. Mas o *léxico não é uma lista notável do mobiliário do mundo a serviço de uma relação de correspondência cujo resultado seria a verdade*. A ideia da linguagem como espelho ou mapeamento da realidade não se sustenta diante do mais mínimo esforço analítico. É um escândalo que tenha durado tanto tempo e ainda perdurar em muitos de nossos cientistas sociais.

Cumpramos acrescentar que as categorias na base das quais estruturamos cognitivamente o mundo (entenda-se sempre que essa estruturação é sociocognitivo-interacional) não são fixas; ao contrário, são instáveis e sensíveis à cultura.

No verbete **ser**, escreve Borba “compõe predicado estativo de inerência, ou seja, o predicativo se refere ao sujeito como um dos seus traços essenciais” (p. 1231). Dois exemplos são apresentados em cotejo, a saber, “A senhora é desafinada” e “A senhora está desafinada”. A menção à ideia de ‘inerência’ também nos parece pouco adequada, não só porque nada esclareça sobre a distinção que fazemos entre os usos dos dois verbos, de um ponto de vista discursivo, mas também porque supõe que a qualidade se relaciona com o sujeito de modo íntimo e necessário. Propomos, em vez da oposição “inerente” e “não-inerente”, para explicar a relação entre o adjetivo e o sujeito, a oposição “definitivo” e “não-definitivo”. Por essa oposição, entendemos os dois modos

como os atributos se relacionam ao sujeito. Certos atributos, quando empregados com “ser”, definem semanticamente o sujeito, de tal modo que a entidade por ele designada passa a ser portadora de características específicas que a tornam inconfundível com outras entidades; no uso de “estar”, tal não se dá. Quem diz “A senhora é desafinada” comunica que essa pessoa deve ser incluída na classe das pessoas que considera portadoras da qualidade ‘desafinada’ (categorização). O adjetivo, quando predica, por meio de ser, expressa uma qualidade definitiva (‘que define’) da qual se torna portadora a entidade designada pelo sujeito. As formas com que categorizamos os objetos de nossas experiências de mundo, ou melhor, as nossas versões públicas do mundo podem ser questionadas (Marcuschi, 2005). Por isso, é sempre possível a alguém, diante de uma frase como “A senhora é desafinada”, replicar que ela “está desafinada”, mas que não deve ser rotulada (definida) como tal.

Finalmente, também nos afastamos de Borba, no tangente à recomendação que faz no seguinte passo, com que inicia a seção introdutória de sua obra:

Uma descrição que tencione determinar as propriedades sintático-semânticas do verbo tem que tomá-lo como ponto de partida na estruturação da frase, ou seja, como núcleo do *predicado* em torno do qual os demais componentes (participantes ou argumentos = A) se arranjam em graus diferentes de coesão e dependência. Cada verbo estabelece com seus A um conjunto de relações de dependência que constitui sua *valência* (Borba, 1991, p. x).

Não negamos, evidentemente, que seja uma perspectiva teórico-metodológica válida. A adoção da perspectiva da gramática de valências ilumina muitas questões não resolvidas na abordagem tradicional nesse domínio. Mas, para nossos propósitos, ela se demonstra insuficiente. Seus postulados não nos ajudam a explicar quais os fatores que determinam a escolha entre “ser” e “estar”. Por exemplo, a gramática de valências assume que o verbo é o predicador e o núcleo em torno do qual se organizam os demais constituintes; também o termo responsável por determinar o número de argumentos e suas propriedades semânticas. É ele, por assim dizer, que comanda as relações sintático-semânticas que dão forma à oração. Em nossa perspectiva, por outro lado, não negando que os verbos são, tipicamente, predicadores, mas reconhecendo que os verbos “ser” e “estar” comportam-se sintático e semanticamente de modo particular, assumimos que eles são opções (entre outras) disponíveis no nível paradigmático para uso.

Não são eles os predicadores; o termo que cumpre a função de predicar é o constituinte que se lhes dispõe imediatamente à direita. Quando assumimos que eles são destituídos da função de predicação, queremos com isso dizer que eles não são capazes de, por si mesmos, descrever um estado-de-coisas. A isso, acrescenta-se que não são capazes de determinar uma estrutura relacional, função esta que compete ao predicador.

2.2.7. Ser e Estar em livros de PL2E

Ocupar-nos-emos, doravante, na avaliação da forma como os verbos “ser” e “estar” são enfocados em livros destinados à descrição e ao ensino de PL2E. No elenco dos livros considerados por nós, figurarão duas obras que, não constituindo livros didáticos, oferecem uma contribuição importante ao ensino de PL2E, quais sejam, a gramática de Perini (2002) e o trabalho de Grannier (1992).

2.2.7.1. Ser e Estar nos livros didáticos de PL2E²⁰

Esta subseção é destinada à apresentação do tratamento dispensado aos verbos “ser” e “estar” em cinco livros didáticos comumente utilizados no ensino de PL2E, quais sejam: *Ponto de Encontro – portuguese a world language* (2007), de Anna M. Klobucka *et.alii.*; *Bem-Vindo!- A língua portuguesa no mundo da comunicação* (1999), de Maria Harumi Otuki de Ponce *et.alii.*; *Interagindo em Português – textos e visões do Brasil* (2001), de Eunice Ribeiro Henriques e Daniele Marcelle Grannier; *Passagens – português do Brasil para estrangeiros* (2002), de Rosine Celli; e *Falar, Ler e Escrever Português – um curso para estrangeiros* (1999), de Emma Eberlein O. Lima e Samira A. Lunes. Todos os livros, aqui elencados, têm em comum o declarar pautar-se por uma proposta descritivo-metodológica calcada sobre a abordagem comunicativa. Uma revisão crítica sobre esses materiais não pode perder de vista o fato de que a abordagem comunicativa é, por vezes, declarada, mas não se realiza na forma como

²⁰ Todas as citações em inglês, que aparecerão doravante, foram traduzidas por nós.

contemplam as questões linguísticas. Atente-se, à guisa de ilustração, neste excerto do prefácio do *Falar, Ler e Escrever*:

(...) trata-se de um livro elaborado com a intenção de proporcionar a um público estrangeiro um método ativo, situacional para a aprendizagem da língua portuguesa, visando à compreensão e expressão oral e escrita em nível de linguagem coloquial correta. (...) os textos e os exercícios foram criados ou selecionados de acordo com centros de interesse de ordem familiar, profissional e social para possibilitar a assimilação rápida e precisa de estruturas apresentadas. O vocabulário, essencialmente ativo, apresenta, igualmente, expressões lexicais que permitem manter diálogos ligados aos centros de interesse imediato do aluno. Aspectos culturais históricos e geográficos do Brasil são transmitidos através de textos narrativos (Lima & Lunes, 1999, p. IX).

De maneira geral, as ocorrências dos verbos “ser” e “estar” são recobertas por lições tais, como o uso do pronome adverbial “onde” em estruturas interrogativas, pelas quais se busca obter informação a respeito da localização de coisas (nesse caso, enfoca-se o uso do verbo “estar”); estruturas designativas de horas, em que se observa o uso do verbo “ser”; o uso de “ser” para exprimir origem/nacionalidade; expressões descritivas (nas quais se acha o verbo “ser” relacionado, em geral, a adjetivos referentes a qualidades físicas e psicológicas), etc. A par dos casos em que o uso de “estar” recobre a extensão semântica de localização – casos mais comuns nos livros avaliados – encontram-se dispersas estruturas variadas em que se acha o verbo “estar”, tais como “estar com alguém”, “estar com a razão”, “estar certa”, “estar muito bem (de saúde)”, etc. Note-se também que as construções com sintagmas preposicionais são arroladas junto a outros tipos de construções; não se verifica para aquelas um tratamento específico.

Passaremos a considerar, doravante, o tratamento dos verbos “ser” e “estar” em cada um dos livros didáticos, principiando por *Ponto de Encontro* (2007). Não pretendemos ser exaustivos. Nossa intenção é tão-só patentear a forma assistemática com que os materiais didáticos abordam o tema – assistemática esta que se acompanha de quase nenhum avanço em relação ao que se tem dito e escrito sobre a questão ao longo da tradição de estudos gramaticais em língua portuguesa.

Encontramos nele uma seção destinada ao uso dos verbos “ser” e “estar” com adjetivos. Os autores esforçaram-se por apresentar algumas informações descritivas relevantes sobre as possibilidades de uso de um e outro verbo. Assim é

que, nesse manual, podemos ler: “The adjectives that express a temporary or changeable state or condition are always used with **estar**” (p. 81)²¹.

Os exemplos oferecidos são os que seguem:

Ela **está contente** com as notas
Os atletas **estão cansados**
O treinador **está zangado**.
(ib.id.)

A despeito do esforço descritivo empreendido pelos autores, ocorrências outras de adjetivos são tratadas com simples referência à intercambialidade entre “ser” e “estar”, sem nenhuma preocupação em apontar conteúdos inferenciais que subjazem à escolha de uma ou outra forma. É o que se observa no seguinte trecho:

Some adjectives have one meaning with ser and another with estar”.
A maçã **é** verde
A maçã **está** verde.
A sopa de legumes **é** boa.
A sopa de legumes **está** boa.
(Klobucka et. alii, 2007, p. 82, grifo no original)²²

Note-se que a informação a respeito do uso dos verbos “ser” e “estar” com certos adjetivos limita-se a captar a intercambialidade de usos, sem qualquer referência a fatores que condicionam a escolha entre uma ou outra forma. Como se vê, referências a conteúdos semânticos ligados a esses verbos e envolvidos em processos de inferenciação passam ao largo da preocupação dos autores. A título de observação, parece que a escolha entre “ser” e “estar” na estrutura ‘SN __ Adj. verde’ está relacionada a aspectos semânticos do adjetivo: se “verde” denota a espécie de maçã, usamos a forma “ser”, que, associada ao adjetivo “verde”, construirá uma significação relacionada à espécie de maçã; se “verde” denota um ‘estado de existência’ do objeto “maçã”, a saber, o estado que precede a maturação desse alimento e que não sabe ao paladar, usamos “estar”. Note-se, de passagem, que não se trata apenas de uma diferença aspectual do tipo ‘propriedade atribuída a individuais’ e ‘manifestações temporalmente limitadas de

²¹ Os adjetivos que expressam estados temporários ou mudança de estado/condição são sempre usados com estar.

²² Alguns adjetivos têm um significado com “ser” e outro com “estar”.

individuais' (Mateus, 1994: 99), mas de uma diferença em termos da experiência comunicada.

No livro *Bem-vindo*, se topa um exercício em que se solicita ao aprendiz a identificação de erro no tocante ao uso dos verbos “ser” e “estar”. Supõe-se que as frases apresentadas ilustrem a dificuldade encontrada pelos aprendizes quando do uso de uma e outra forma verbal. Os enunciados abaixo constituem parte do exercício referido:

Eu estou brasileiro
 Minha esposa é dona-de-casa e meu filho está estudante.
 Hoje é frio
 Benedito não está atleta profissional mas sua irmã está psicóloga.
 Elas são francesas e são no Brasil a trabalho.
 (Ponce et. alii, 1999, p. 6)

Veja-se a ocorrência de “ser” junto ao sintagma “no Brasil (a trabalho)”. Trata-se de um caso típico de erro cometido pelos aprendizes estrangeiros, que acabam utilizando a forma verbal inadequada ao ambiente sintático. Cuidamos que a estrutura determina o uso de um ou outro verbo; essa perspectiva será desenvolvida alhures.

O breve exame nos materiais didáticos citados permite-nos concluir que os usos dos verbos “ser” e “estar” não estão sistematizados. O tratamento dispensado a essas formas, nesses materiais, resente-se da falta de um trabalho descritivo que, registrando e explicando os usos dessas formas verbais, mediante o estabelecimento de um componente de regras, venha permitir uma melhor organização da matéria em termos dos objetivos a que se visa. Assim é que, apoiando-se num quadro descritivo consistente, as lições dos livros didáticos poderão incluir referências a aspectos estruturais e discursivos relacionados às possibilidades de uso daqueles verbos de um modo mais integrado. Como se depreende dessa breve apresentação do tratamento dado pelos livros didáticos aos verbos “ser” e “estar”, parece haver uma preocupação maior dos autores desses materiais com as ocorrências de “ser” e “estar” com adjetivos; os casos em que “ser” e “estar” co-ocorrem com sintagma preposicional são raros.

Com a mesma preocupação em oferecer um tratamento alinhado com a abordagem comunicativa, *Passagens* (2002) dá-nos a saber, na seção *Apresentação*, o objetivo que se propõe:

Trata-se de um trabalho destinado a adolescentes e adultos. É dividido em pequenas unidades, e contém atividades distintas, a saber, Leitura, Conversação, Diálogos, Textos, Curiosidades, Pronúncia, Gramática e Revisão. Essas atividades são desenvolvidas a partir de situações diversas tais como convidar uma pessoa para dançar, alugar uma casa, preparar um jantar entre amigos, organizar uma viagem. A utilização de situações como essas tem o objetivo de dar ao aluno condições de desenvolver habilidades de comunicação (ler-falar-ouvir e escrever), fazendo uso de expressões idiomáticas, gírias, verbos preposicionados e locuções (Celli, 2002).

A autora também demonstra sua preocupação com “uma inserção rápida do falante do português nos aspectos mais sutis da cultura brasileira” (ibid.).

Verificamos neste livro, numa unidade em que se estampa o título “Como é que ele está?” (numa clara demonstração de interesse em oferecer formas da variedade coloquial falada) frases, descontextualizadas, em que se acha o verbo “estar” articulado à estrutura “com_SN”, dispostas umas sobre as outras, numa seção em que se pede a atenção do aprendiz. Seguem-se as frases:

estar com dor de cabeça
 estar com dor de estômago
 estar com dor de dente
 estar com gripe
 estar com dor de garganta
 estar com dor de ouvido
 (Celli, 2002, p.80)

Na página seguinte, se topam as frases “O papel está amassado” e “O anel é de ouro”, reunidas à frase “O coronel já chegou no quartel”, apresentadas num exercício em que se solicita a passagem das palavras para o plural. O enfoque sobre a questão passa a ser outra, portanto. Um professor que, por ventura, fosse surpreendido com uma dúvida acerca do uso de “estar” (em vez de “ser”) junto de “amassado”, ou de “ser” junto da construção “de ouro” não encontrará no livro nenhum suporte explicativo. É digno de nota o fato de as formas em –ado, em geral, permitir a inferência ‘mudança de estado’, o que explicaria o uso de “estar”.

O modalizador “em geral” é importante, porque podemos encontrar casos como “A ciência é/ está avançada”, “Eu estou/ sou muito impressionado”, etc.

Um dos usos mais comuns do verbo “ser” é o da expressão de horas. Essa lição é ensinada muitas páginas depois da apresentação do emprego de “ser” com adjetivos e de “estar” com adverbiais locativos. Novamente, encontramos uma série de frases, estruturalmente aparentadas, em que figura o verbo “ser” seguido de um adjetivo descritivo, referente à ‘aparência física’:

Ele é careca.
 Ele é loiro e tem cabelos crespos.
 Ele é loiro e tem barba
 Ela é loira e tem cabelos repartidos ao lado
 (...)
 Ela é morena.
 (...)
 (Celli, 2002, p. 8)

O foco da lição em que se acha o verbo “estar” com adverbiais locativos não é propriamente o uso de “estar”, mas das expressões locativas, cuja variedade é apresentada em um quadro. Frases como “Onde está a toalha vermelha?”, às quais se segue uma resposta como “Ela está no meio da mesa”, são recorrentes.

Tomemos, agora, o livro *Interagindo em Português* (2001). As autoras propõem como objetivo de seu trabalho a instrumentalização de uma prática pedagógica que vise à promoção da interação entre os aprendizes. Visa-se, então, à aquisição e ao desenvolvimento da competência comunicativa em português dos aprendizes estrangeiros.

A dispersão com que a matéria é apresentada é também uma característica do modo como o livro aborda o uso dos verbos “ser” e “estar”. Ao contrário do que sucede com *Passagens*, a lição sobre a expressão de horas é trabalhada logo nas primeiras páginas do livro (a partir da página 14).

Frases em que se acham “ser” e “estar” são arroladas em seções intituladas de *tanto faz?*, em que se busca fazer o aprendiz refletir sobre as escolhas linguísticas e seus efeitos comunicativos. Em uma dessas seções, encontram-se frases como:

Você é brasileiro, não é?
 Você é do Brasil, não é?
 Você é daqui mesmo, não é?
 É brasileiro, né?
 Sou sim.

É sou.
 Sou. Sou, sim.
 É, eu sou, sim.
 (Henriques & Grannier, 2001, p. 3, grifo no original)

Aqui, perde-se a oportunidade de fazer observações sobre a regra que está em jogo nesse caso, qual seja, a regra segundo a qual com adjetivos indicativos de nacionalidade, usa-se sempre “ser” e nunca “estar (v. Eu sou brasileiro/ * Eu estou brasileiro). Casos há em que não é o uso de “ser” ou “estar” que está em foco na lição, mas a ocorrência de outra estrutura, como se vê em:

De quem é o relógio? - É meu.
De quem é aquele relógio - É dele.
De quem são aquelas borrachas? – São de Diana.
De quem são aqueles óculos? - São de Pedro.
 (Henriques & Grannier, 2001, p. 30, grifo no original)

Nesse caso, parece-nos que o foco recai sobre o uso de uma estrutura que serve à expressão de possessividade, ou melhor, do possuidor. Caberá ao professor patentear aos aprendizes o fato de as estruturas indicativas de posse “de_SN” preverem o uso do verbo “ser” e não de “estar”. Isso é importante, porque não é verdade que “estar” não possa combinar-se com a estrutura “de__SN”, mas a combinação prevê outra configuração semântica, na qual estão incluídos outros papéis semânticos e outros traços semânticos relativamente a essa estrutura, como em “Eu estou de bicicleta” ou “Eu estou de brincadeira”²³.

Finalmente, considere-se o livro *Falar, Ler e Escrever*. Já na primeira unidade, encontramos exemplos em que o verbo “ser” é usado. Fornecem-se três frases, dispostas umas sobre as outras, em que “ser” é usado com “de__SN”, indicando ‘lugar de origem’. Em seguida, propõe-se um exercício com perguntas iniciadas por “de onde..?”, em que o aprendiz precisa dar a resposta adequada usando o verbo “ser”.

É, contudo, a terceira unidade que nos chama atenção. Nela, há uma tentativa de sistematizar o uso de “ser” com base no significado expresso pelo termo que se lhe segue à direita. Assim, na seção *Usos especiais do ser*, as autoras citam os significados “posse” (Esse carro é do Roberto), “tempo cronológico”

²³ Exemplos nossos.

(Agora é primavera), “profissão” (Ele é jornalista), “cargo” (Ele é diretor da firma), “religião” (Somos católicos), “partido político” (Eles são socialistas), “expressões impessoais” (É importante falar inglês).²⁴ Não podemos deixar de notar que, embora a forma como se procurou evidenciar a regularidade do uso de “ser” seja pedagogicamente adequada, a tentativa de descrição poderia ser mais simples e exata, teoricamente, se reuníssemos sob a noção de ‘identidade’ as de “profissão/ cargo”, “religião e “partido político”. Destarte, poderíamos fazer generalizações como ‘o verbo “ser” se emprega sempre com adjetivo ou substantivo relacionados à noção de identidade’.

Ainda na terceira unidade, apresenta-se um quadro, em que se faz a distinção entre “ser” e “estar” com base na oposição semântica “qualidade temporária” e “qualidade permanente”. As autoras dão-nos a conhecer os seguintes exemplos:

Ela é bonita
 O Saara é quente.
 Ela está bonita hoje.
 Hoje está quente.
 (Lima & Lunes, 1999, p. 25)

Note-se, de passagem, a influência que o adverbial “hoje” exerce na escolha por “estar”. Ele delimita a temporalidade, apontando, deiticamente, para o momento da enunciação. Essa delimitação da temporalidade é compatível com a função de circunstancialização na atribuição, que é característica de “estar”. Um aprendiz estrangeiro que dissesse “Ela é bonita hoje” poderia causar estranhamento aos ouvidos de um falante nativo. Conquanto se fizesse compreender, não demonstraria proficiência satisfatória na língua-alvo e, provavelmente, seria corrigido por seu interlocutor.

Encontramos, ainda, listados exemplos em que “estar” é usado com a estrutura “com__SN”, codificando significados distintos. Entre os exemplos oferecidos pelas autoras, se acham “Ele está com fome” e “Vocês estão com pressa”. Na primeira frase, temos o significado ‘sentir-se faminto’ (“com fome” equivale a “faminto”); na segunda, ‘ter urgência’ (indicando uma qualificação do estado).

Uma observação geral que nos parece válida para os livros didáticos até então por nós analisados toca à falta de sistematicidade no tratamento dos usos de

²⁴ Os exemplos entre parênteses são oferecidos pelas próprias autoras.

“ser” e “estar”. Tal falta de sistematicidade diz respeito não só à pouca preocupação com a organização do conteúdo em termos de complexidade semântico-estrutural, mas também em termos de graus de dificuldade para o aprendiz. Normalmente, as ocorrências dos verbos “ser” e “estar” são recobertas por lições tais, como o uso do pronome adverbial “onde” em estruturas interrogativas, pelas quais se busca obter informação a respeito da localização de coisas (nesse caso, enfoca-se o uso do verbo “estar”); estruturas designativas de horas, em que se observa o uso do verbo “ser”; o uso de “ser” para exprimir origem/nacionalidade, expressões descritivas (nas quais se acha o verbo “ser” relacionado, em geral, a adjetivos referentes a qualidades físicas e psicológicas), etc. A par dos casos em que o uso de “estar” recobre a extensão semântica de ‘localização’, encontram-se dispersas estruturas variadas em que se acha o verbo “estar”, tais como “estar com alguém”, “estar com a razão”, “estar certa”, “estar muito bem (de saúde)”, etc. Note-se que as construções com sintagmas preposicionais são arroladas junto a outros tipos de construções; não se verifica para aquelas um tratamento específico.

A falta de um instrumental teórico-metodológico que norteie a prática pedagógica no ensino de PL2E, no tratamento dos usos dos verbos “ser” e “estar”, entrevista em nossas breves considerações acerca do modo disperso com que a matéria é trabalhada nos materiais didáticos, e as dificuldades encontradas pelos aprendizes estrangeiros, a que fizemos referência no limiar deste trabalho, quando do uso dessas formas verbais, motivam-nos a levar a efeito este estudo, que visa a lançar luz sobre os fatores que estão implicados na escolha operada pelos falantes nativos de português entre os verbos “ser” e “estar”, quando entram a fazer parte de orações com SN, SAdj. e SP.

2.2.7.2. Uma gramática de referência: a contribuição de Mário A. Perini

Embora estejamos cientes de que este livro de Perini não pode ser classificado como livro didático, mas como uma gramática de referência, *Modern Portuguese – a reference Grammar* (2002) não poderia deixar de figurar entre os livros por nós apreciados, visto que, segundo o próprio autor, constitui:

(...) a detailed description of the modern Portuguese language as spoken and written in Brazil. It is intended for the use of English-speaking students at all levels, in particular intermediate and advanced ones, and for the use of their teachers (Perini, 2002, p. xxi).²⁵

Tendo destinado sua gramática a estudantes falantes de inglês que estudam o português, em qualquer nível de ensino, não poderia o autor deixar de tratar dos usos dos verbos “ser” e “estar”, especialmente no que toca à distinção semântica entre essas duas formas.

No limiar do capítulo destinado ao tratamento dos usos de “ser” e “estar”, que ostenta o título *Notes on the Use of Certain Verbs* (Notas sobre o uso de certos verbos), Perini faz referência à dificuldade encontrada pelos falantes de inglês, especialmente, quando do uso de “ser” e “estar”: “In this chapter I discuss some verbs that may pose a problem for the English-speaking student. I start with the dichotomy between *ser* and *estar*, both of which are translated in English as ‘to be’ (Perini, 2002, p. 270)”²⁶.

As considerações de Perini pautam-se pela distinção, já consagrada na literatura, que associa ao verbo “ser” atributos essenciais ou inerentes; e ao verbo “estar”, qualidades tomadas como temporárias ou transitórias. Ademais, Perini delimita o âmbito de consideração das ocorrências de “ser” e “estar”: considera as ocorrências em que tais verbos se associam a um sujeito claro ou subentendido e um complemento que denota algum tipo de qualidade atribuída ao sujeito, descartando, portanto, os casos em que esses verbos funcionam como auxiliares.

Como dissemos, o capítulo dedicado ao tratamento dos usos de “ser” e “estar” se inicia com observações acerca da distinção entre os conteúdos ‘essencial/inerente’ e ‘temporalidade/transitoriedade’. Perini observa que, em muitos contextos, a intercambialidade é possível: “This rule is not absolute, and there are several contexts in which the two verbs are used idiosyncratically (...) (p. 271)”²⁷.

²⁵ (...) uma descrição detalhada da língua portuguesa moderna tal como falada e escrita no Brasil. [este livro] é planejado para uso dos estudantes falantes de inglês de todos os níveis, em particular do intermediário e do avançado, bem como para uso de seus professores.

²⁶ Neste capítulo, eu examino alguns verbos que podem apresentar problema para o estudante falante de inglês. Início com a dicotomia entre *ser* e *estar*, formas que são traduzidas em inglês por ‘to be’.

²⁷ Esta regra não é absoluta, e há vários contextos em que os dois verbos são usados de modo idiossincrático (...).

A primeira lição de Perini insiste na relação entre “ser” e a atribuição de qualidades essenciais ao sujeito, de um lado; e na relação entre “estar” e a atribuição de qualidades temporárias, de outro. Assim, a frase “Lívia está muito triste” (apresentada pelo autor), em que se acha o verbo “estar”, articulado ao adjetivo “triste”, “means that she is sad now, like anyone who becomes sad from time to time (ib.id.)”²⁸.

Perini reconhece a existência de casos em que, não obstante a aplicação de uma qualidade tomada como ‘essencial’ a uma entidade dada, usa-se o verbo “estar”, e não “ser”, como sucede em “Lívia está muito triste com a morte do avô” (exemplo citado pelo próprio autor). Em relação a esse exemplo, Perini escreve: “Here the use of *ser* would be totally infelicitous because one does not usually assign a momentary cause to an essential quality (ib.id.)”²⁹.

O exemplo ilustra bem a importância de considerar o contexto sintático de que entram a fazer parte os verbos “ser” e “estar”. A ocorrência do constituinte “com a morte do avô” é que parece determinar a ocorrência de “estar”, ao invés de “ser”, visto que permite inferir que o atributo “triste” é resultado de uma mudança que encontra na expressão ‘com_SN’ a causa. Poder-se-ia também ver nesse constituinte, que cumpre uma função adverbial, a propriedade de circunstanciar o estado de “triste”. O estado de tristeza passa a ser considerado um estado ‘episódico’, o que justifica o uso de “estar” em vez de “ser”. Não seguimos Perini na sugestão de que “feliz”, no exemplo em tela, exprima uma qualidade essencial; “feliz” designa uma qualidade que, na predicação, é tomada como ‘não-definitiva’, por intermédio de “estar”; e a impossibilidade de uso de “ser”, como explicamos acima, se deve à ocorrência de um adverbial causal que permite inferir a ideia de ‘estado resultante de mudança’.

Perini adverte que a oposição entre os conteúdos ‘qualidades temporárias’ e ‘qualidades permanentes’ não resolve a complexidade de usos de “ser” e “estar”. Tendo em conta o exemplo “Esse gato está morto”, o autor comenta: “Of course, being dead is a permanent quality of the cat, but the verb used is *estar* because

²⁸ (...) significa que ela está triste agora, como alguém que se torna triste de vez em quando.

²⁹ Aqui o uso de *ser* seria totalmente infeliz porque ele não atribui, usualmente, uma causa momentânea a uma qualidade essencial.

one does not see dead as an essential quality of a cat – unlike its color or its breed (...) (p. 272)”³⁰.

Claro parece que é o adjetivo “morto” que seleciona “estar”. O uso desse verbo pode ser explicado pelo fato de que “morto” permite inferir a ideia de ‘resultado de mudança’. Para casos como “Eu sou americano”, Perini (ib.id.) esclarece que o uso de “ser” justifica-se pelo fato de tomarmos a qualidade referida como essencial e permanente.

No tocante ao exemplo “Eu estou de férias”, observa o autor que “estar de férias” é necessariamente uma condição temporária, o que justifica o uso de “estar”. Ele apresenta alguns “casos particulares” em que o uso de “ser” e “estar” se desviam da regra geral referida nas páginas precedentes.

“The first observation is that *estar* tende to have a more extended usage than the general rule strictly allows; therefore, in some contexts it may be used interchangeably with *ser*. For instance, the general rule applies with locational expressions: one uses *estar* to introduce a person’s location”³¹ (Perini, 2002, p. 273).

A frase “Guilherme está em Londres” ilustra o uso de estar para exprimir ‘localização’. Por outro lado, se o sujeito é representado por um substantivo que designe uma realidade que não é passível de mobilidade e animação, como uma cidade, usa-se o verbo “ser” (cf. Londres é na Inglaterra). Ao considerar os exemplos “Meu avô ainda é vivo” e “Meu avô ainda está vivo”, Perini observa que: “With *vivo* ‘alive’ and *morto* ‘dead’, the use of the two verbs is peculiar. We many use either verb with *vivo* when it means ‘living’ (p. 274)”³².

Novamente aqui, convém atentar para o contexto sintático, já que uma construção adverbial pode exigir o uso de “estar” e repelir o de “ser”. O exemplo citado por Perini é “Meu avô ainda estava vivo quando chegou ao hospital” (ib.id.). A presença da oração adverbial “quando chegou ao hospital” é que parece determinar o uso de “estar”. Não se segue daí que apenas o contexto sintático seja suficiente para explicar os usos de “ser” e “estar” com o adjetivo “vivo”. É

³⁰ Com certeza, estar morto é uma qualidade permanente do gato, mas o verbo usado é *estar* porque ‘morto’ não é visto como uma qualidade essencial do gato – diferentemente de sua cor ou raça.

³¹ A primeira observação é que *estar* tende a ter um uso mais estendido que a regra geral autoriza; por isso, em alguns contextos, ele pode ser usado de modo intercambiável com *ser*. Por exemplo, a regra geral se aplica às expressões locativas: usa-se *estar* para introduzir a posição da pessoa.

³² Com *vivo* ‘com vida’ e ‘morto’ ‘falecido’, o uso dos dois verbos é peculiar. Nós podemos usar qualquer um dos verbos com *vivo* significando ‘existência’.

imperioso considerar o contexto sociocomunicativo. Vejamos esses três exemplos de pequenos diálogos:

(5)

- Seu avô ainda *era* vivo?

- Era.

(6)

- Seu avô ainda *estava* vivo?

- Estava.

(7)

- Seu avô *é* vivo?

- É.

Suponhamos que os dois interlocutores estejam assistindo a uma filmagem de uma festa de aniversário antiga. Suponhamos que seja a festa de aniversário de um dos interlocutores. A primeira observação que se impõe é que a explicação baseada simplesmente nas noções de ‘atributo permanente’ e ‘atributo temporário’, ou ‘estado passível de mudança’ e ‘mudança de estado’ não dá conta desses casos. Ora, se partirmos do pressuposto de que o verbo “estar” serve à expressão de atributos temporários, como explicar a possibilidade de uso de “ser” em (5) e (7). A segunda observação é que, em (5), infere-se, sem dificuldades, a ideia de ‘mudança de estado’, muito embora o falante tenha escolhido “ser”. A validade dessa inferência conta com a escolha pelo uso do verbo no passado e com conhecimentos pressupostos como compartilhados pelos interlocutores (ambos sabem que o avô está morto no momento da enunciação). Em (7), caso em que “vivo” pode ser tomado como pertencente ao campo semântico de ‘existência’, parece forçoso sustentar que o uso de “ser” se explique pelo seu potencial como forma de atualização do conteúdo ‘qualidade permanente’, o que entraria em clara contradição com o que sabemos sobre o estado de viver. Se admitimos que “vivo” permite-nos inferir a ideia de ‘estado passível de mudança’, como explicar o uso de “ser” em (5), caso em que esperaríamos encontrar “estar”?

Não rejeitando o fato de que o adjetivo “vivo” permite inferir a ideia de ‘estado passível de mudança’, que é marcada pelo uso de “estar” e quando

empregamos “ser” no passado, entendemos que o verbo “ser” é um instrumento de categorização, de tal modo que, ao atribuir a qualidade “vivo” ao sujeito, mediante o uso de ser, o falante inclui o sujeito “avô” na classe dos seres humanos vivos (existentes). Essa função classificatória atribuída ao verbo “ser” permanece mesmo quando usado no tempo passado. Diferentemente, o uso do verbo “estar”, preferencialmente escolhido em predicções cujo adjetivo designe uma qualidade ou estado passível ou resultante de mudança, opera uma circunstancialização na atribuição da qualidade.

Finalmente, vale notar que o adjetivo “morto”, embora, normalmente, selecione “estar”, pode combinar-se com “ser”. Nesse tocante, consideremos o que se segue:

With *morto* ‘dead’, as we saw, *estar* is used, since being dead is not an inherent property; but one can occasionally find *morto* with *ser*; although this turn is old-fashioned:

Napoleão já era morto quando isso aconteceu (Perini, 2002, pp. 274-275, ênfase no original)³³.

Parece-nos que também aqui a explicação proposta para o caso de “vivo” se aplica. Embora, normalmente, esperemos encontrar “estar” em vez de “ser”, no exemplo de Perini, o uso de “ser” indica que se considera Napoleão um indivíduo pertencente à categoria das pessoas que já morreram. O uso de “ser” sinaliza uma das formas como organizamos nossas experiências de mundo: fazemos a distinção entre os seres vivos e os seres mortos. É preciso reconhecer que a possibilidade de uso de “ser” com o adjetivo “morto” está restrita ao tempo passado, no português moderno. Frases como “Napoleão é morto”, com “ser” no presente, são inaceitáveis

O adjetivo “falecido”, por seu turno, segundo Perini (p. 275), só se usa com “ser”. O autor nos apresenta o exemplo “Meu avô é falecido/ *...está falecido”. Uma breve busca no *Google* é suficiente para objetar à suposição de Perini. Considerem-se os exemplos a seguir³⁴:

³³ Com *morto* ‘falecido’, como dissemos, *estar* é usado, uma vez que estar morto não é uma qualidade inerente; mas se pode, eventualmente, encontrar *morto* com *ser*; embora seja um uso arcaico.

³⁴ Agradecemos ao nosso co-orientador Ricardo Borges Alencar os exemplos citados aqui. Os exemplos se acham nos endereços:

<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100121163510AAwPsHz>

<http://www.sonhossignificado.org/search/marido%20que%20ja%20esta%20falecido>.

(8) Como fazer um contrato de imóvel quando o dono já **está** falecido?

(9) Que significa sonhar com alguém que já **está** falecido?

Notemos, de início, que o adjetivo “falecido” permite inferir o conteúdo ‘resultado de mudança’. Assim se comportam, em geral, os participios-adjetivos terminados em “-do” (p.ex.: partido, quebrado, vencido (também quando referido a ‘alimento cujo prazo de validade expirou’). Frases como “O vaso está partido”, “O prato está quebrado”, “O requeijão está vencido” ilustram casos em que adjetivos em “-do” permite-nos a inferência ‘resultado de mudança’. O problema aqui é que as formas em “-do” são, muitas vezes, usadas em predicções na voz passiva. Assim, a princípio, poderíamos estranhar o uso de “ser” em “O prato é quebrado”, caso em que não interpretamos “quebrado” como uma característica definitiva de “prato”. Também não parece razoável supor que “ser” inclua, por categorização, o “prato” na classe dos “pratos quebrados”. Nesse caso, o “ser” é um auxiliar formador de voz passiva (p. ex. É assim que o prato é quebrado (por mim)). O agente da passiva pode estar implícito, sendo recuperado pelo contexto, ou pode estar explícito, como em “O prato foi quebrado pelo meu irmão”.

É mister, portanto, discriminar entre os casos em que os adjetivos em “-do” entram a fazer parte de uma predicção na voz passiva e os casos em que essa forma de adjetivo rejeita a construção na voz passiva. Este parece ser o caso de “vencido”, quando referido a alimentos. Foge à alçada deste trabalho o tratamento do uso dos verbos “ser” e “estar” como auxiliares de participio-adjetivo para a formação da voz passiva. Acreditamos que pode constituir um estudo à parte na tentativa de descrever e compreender a complexidade de usos de tais verbos.

Cumprido, notar, por fim, que “falecido” é uma forma de adjetivo cujo uso com “ser” ou “estar” implica a noção de ‘resultado de mudança’; e esse resultado é, evidentemente, por força do significado de “falecido”, definitivo (terminante). Ele não parece admitir uma atribuição por circunstancialização, o que nos impede de tomar como critério para a seleção dos verbos a distinção entre uma atribuição por categorização e uma atribuição por circunstancialização.

A possibilidade de comutar “estar” por “ser” mostra-nos que o advérbio “já” não tem qualquer influência na escolha entre essas formas. A forma “já” é compatível com o adjetivo “falecido”, o qual, por sua vez, rejeita a presença de “ainda” (cf. *Que significa sonhar com alguém que ainda é/está falecido?).

Resta-nos ainda a questão: há alguma diferença semântica entre “Meu avô é falecido” e “Meu avô está falecido”? Conforme dissemos acima, o conteúdo ‘resultado de mudança’ pode ser inferido do uso da forma “falecido”, quer seja empregado com “ser”, quer seja empregado com “estar”; entretanto, é apenas com “estar” que esse conteúdo é marcado, não com “ser”. O verbo “estar” salienta, por assim dizer, a ideia de ‘resultado de mudança’ prevista na semântica do adjetivo “falecido”; tal não sucede com o uso de “ser”, muito embora ainda possamos conceber essa ideia, mas tão somente por força da ocorrência do adjetivo. Se, por um lado, não podemos sustentar a ideia de que “falecido” predica uma propriedade tomada de modo circunstancial, por meio de “estar” – porque o próprio adjetivo impossibilita essa interpretação –; por outro lado, podemos dizer que a escolha por “ser”, uma vez autorizada pelo predicador “falecido”, expressa uma atribuição por categorização, a saber, permite ao usuário da língua operar, cognitivamente, uma classificação da entidade “avô” com base na propriedade “falecido”, de modo que “avô” passa a integrar a classe das pessoas que morreram.

2.2.7.3. Ser e estar em *Brazilian Portuguese: your questions answered*

O capítulo destinado ao tratamento dos usos dos verbos “ser” e “estar”, em *Brazilian Portuguese* (1992) recobre, ainda que de modo assistemático, várias ocorrências desses verbos. De início, as autoras procuram explicar o uso dos verbos “ser” e “estar” com adjetivos que admitem a ocorrência de ambos os verbos. Tome-se o primeiro excerto, a fim de que avaliemos o modo como as autoras buscam explicar a ocorrência de “ser” e “estar” nos exemplos que citam:

- a. *A empregada é rápida.*
- b. *A empregada está rápida hoje.*

Portuguese has two separate verbs to express the various meanings of the English verb “be”. These two verbs are *ser* and *estar*; when used with adjectives the correct choice depends more on the interpretation of the speaker than on the specific situation. If the condition is considered to be **permanent** or given by nature, you will use *ser*, whereas *estar* will be used for **temporary** conditions or to indicate a change from the normal or expected. In the examples above, (a) indicates that the maid is naturally a rapid worker and that she usually finishes her work rapidly; (b)

indicates that today the maid is working rapidly, but that she doesn't usually do so (...) (p.51, grifos nossos)³⁵.

O fragmento acima chama-nos a atenção, em primeiro lugar, para a separação, pressuposta, entre “interpretação do falante” e “situação específica”. Parece-nos que a explicação dada pelas autoras carece de uma teoria de contexto³⁶ que, definindo, com clareza, a noção de contexto, demonstre de que modo o contexto influencia a escolha entre “ser” e “estar”. É notável o fato de que as autoras excluem da situação específica (“situação” que não sabemos se é uma realidade objetiva ou um constructo cognitivo) a interpretação do falante. Uma teoria que torne patente a dimensão sociocognitiva do contexto não excluiria do contexto a interpretação do falante. A interpretação do falante é parte do que poderíamos chamar de “situação específica”. Em segundo lugar, a explicação segue o modo tradicional com que a questão é elucidada, a saber, recorre-se às noções de condições permanentes e condições temporárias para explicar o uso de “ser” e “estar” com adjetivos que admitem o uso de ambos os verbos. Ademais, as autoras passam, por força do hábito condicionado pela tradição, de uma explicação baseada na oposição ‘permanente/temporário’, de resto, situada no domínio da temporalidade, para uma explicação que abriga a noção de ‘qualidade inerente’, sugerida pelo uso da forma “naturalmente”. Nesse caso, explica-se o uso de “ser” sugerindo que, pelo uso desse verbo, a qualidade deve ser tomada como uma propriedade natural (ou inerente) da entidade designada pelo sujeito. É como se o verbo “ser” trouxesse uma caracterização ao modo como se relaciona a qualidade com o sujeito de que ela predica. Vale lembrar a inconveniência de uma explicação calcada sobre a noção de inerência na relação entre a qualidade designada pelo adjetivo e o sujeito. Há inúmeros adjetivos cuja qualidade não pode ser tomada como inerente. A oposição qualidades inerentes e qualidades não-inerentes remonta a uma forma de ver o mundo, calcada sobre uma distinção

³⁵ O Português tem dois verbos distintos para expressar os vários significados do verbo inglês “be”. Esses dois verbos são *ser* e *estar*; quando usados com adjetivos, a escolha correta depende mais da interpretação do falante do que da situação específica. Se a condição é considerada permanente ou dada por natureza, você usará *ser*, ao passo que *estar* será usado para condições temporárias ou para indicar a mudança do que é normal ou esperado. Nos exemplos acima, (a) indica que a empregada é um trabalhador naturalmente rápido e que ela habitualmente termina seu trabalho com rapidez; (b) indica que hoje a empregada está trabalhando rapidamente, mas que ela não o faz habitualmente.

³⁶ Apresentaremos a teoria de contexto por nós esposada para fins de desenvolvimento da análise dos dados de nosso *corpus* no próximo capítulo.

que tem uma longa tradição no pensamento filosófico, a saber, à distinção entre qualidades essenciais e qualidades acidentais. Numa frase como “esta mesa é azul”, “azul” é uma qualidade acidental da mesa, no sentido de que ela não é determinante para fazer da mesa o que ela é. “Azul” designa uma qualidade que não existe independentemente da substância “mesa” e também pode ser suprimida, sem que a essência da mesa seja alterada. Para fins de compreensão da funcionalidade do verbo “ser”, necessário é ver que, no uso da língua, ele não indica se tratar de uma qualidade inerente, mas assinala que “azul” serve à categorização do objeto “mesa”. O verbo “ser” opera uma categorização do sujeito com base no uso do adjetivo a ele associado. É o falante que opta por fazer uma categorização pelo uso do verbo “ser” - categorização que é sensível a condições contextuais sociocognitivamente construídas.

Tomemos outro excerto da obra de Grannier-Rodrigues.

- a. *Ela está casada.*
- b. *Ela é casada.*
- c. *O carro está velho.*
- d. *O carro é velho.*

When a change is a permanent one, a speaker still uses *estar* to describe the situation as long as he considers it a change from the normal; but when he becomes used to the fact, he will change and use *ser* as it has become the norm for him. In (a) and (b) above, for example, if you have known a single girl for some time and she gets married, you will use *estar* to indicate her married state because it seems strange to you. (...). Or when you have had a new car and suddenly realize that it is getting old or damaged, you will use *estar* (c) as you have perceived a “change” in the situation; once you have gotten used idea that your car is old or numerous things have gone wrong with it, you will use *ser* (d) (p. 52, ênfase no original).³⁷

Uma explicação adequada para (a) e (b), acima, pode dispensar qualquer alusão a um estado que resulta do que o falante considera normal. De fato, o verbo “estar” marca mudança de estado; mas essa mudança de estado é pressuposta. Ao escolher “estar”, em (a), o falante marca a circunstancialização na relação entre a

³⁷ Quando a mudança é uma mudança permanente, um falante ainda usa *estar* para descrever a situação enquanto ele a considera uma mudança em relação ao normal; mas quando ele se torna acostumado com o fato, ele mudará e usará *ser* no momento em que isso se tornou a norma para ele. Em (a) e (b) acima, por exemplo, se você conheceu uma mulher solteira por um tempo e ela se casou, você usará *estar* para indicar sua condição de casada porque isso parece estranho para você. (...) Ou quando você tinha um carro novo e de repente percebe que ele está ficando velho ou danificado, você usará *estar* (c) conforme você tenha percebido uma “mudança”. Nessa situação, uma vez que você tenha ficado acostumado com a ideia de que seu carro é velho ou numerosas coisas tenham levado a isso, você poderá usar *ser*.

qualidade “casada” e o sujeito “ela”. Com o uso de “estar”, o falante escolhe indicar que a condição em que se encontra a entidade referida por “ela” é circunstancial. Por outro lado, o uso de “ser” não marca, a rigor, uma condição permanente (cuja duração no tempo não se pode precisar); indica, na verdade, que o falante escolheu por operar uma categorização da entidade referida por “ela” com base no uso do adjetivo “casada”. Evidentemente, a escolha entre uma circunstancialização e uma categorização, sempre que o adjetivo a autoriza, é determinada por condições contextuais sociocognitivas. Também em (c) e (d), uma explicação que se valha das noções de circunstancialização com o uso de “estar” e de categorização com o uso de “ser” esclarecem funcionalmente a escolha entre “ser” e “estar”. Não se segue daí que informações contextuais não devam ser levadas em conta, mas elas devem ser articuladas a essas duas funções básicas a que serve o uso de “ser” e “estar” numa explicação que se pretenda adequada. Note-se que as frases oferecidas pelas autoras são apresentadas fora de qualquer contexto de uso. Na ausência de uma contextualidade real, as informações oferecidas, na tentativa de reconstruir um contexto verossímil, não encontram limites, isto é, na tentativa de fornecer contextualidade para explicar a escolha entre “ser” e “estar” com base em frases que não integram uma situação discursiva, muitas informações pressupostas, que configuram o contexto, podem ser fornecidas arbitrariamente; além disso, ignoram-se efeitos de sentido que, em amostras de uso real, podem ser percebidos quando se leva em conta a ocorrência de um verbo e outro.

Sem pretendermos a exaustão no exame do tratamento dispensado pelas autoras ao uso dos verbos “ser” e “estar”, e insistindo em que, quando considerados os casos em que ocorrem adjetivos na posição de predicador, elas elaboram explicações assentadas na oposição entre qualidades (condições) permanentes e qualidades (condições) temporárias, consideremos as ocorrências em que “ser” e “estar” se articulam com SP. Tomemos o primeiro excerto, em que figuram diferentes construções ‘com __SN’:

a. *O homem está com dor de cabeça.*

b. *Eu estou com medo.*

c. *As meninas estão com os documentos.*

d. *Ele está com uma casa agora.*

Since a person’s feelings usually change from day to day, they are temporary conditions and *estar* must be used. Notice that in these example, however, the

construction is *estar com* + “noun”; the **same construction** of *estar com* + noun also be used to indicate possession when it is either of a temporary nature (c) or something that represents a change from what existed in the past (d). Longterm possession is indicated by *ter* (pp. 55-56, grifo nosso)³⁸.

Além de manter a explicação que se orienta pela referência à noção de condições temporárias também nos casos em que se nota um SP nas orações com “estar”, as autoras não tratam como do mesmo tipo as construções ‘com__SN’ que ocorrem nos exemplos referidos por elas. Um modelo descritivo como o que propomos, que se situa na esteira dos estudos funcionalistas e que, portanto, toma como domínio básico de análise a semântica, deve diferenciar as ocorrências de Sps que são idênticos no nível formal, mas diferentes no nível semântico. Por isso, há que distinguir entre um ‘com__SN’ que indica um estado físico ou psíquico (com dor de cabeça, com medo) e que seleciona para a posição de sujeito um ‘experenciador’ de um ‘com__SN’ que indica relação de posse e que seleciona para a posição de sujeito um ‘possuidor’. Destarte, há dois tipos de SP ‘com__SN’, e não, conforme pretendem as autoras, um mesmo SP que construiriam estruturas semânticas diferentes. Evidentemente, a distinção dos SPs em tipos esclarece-nos não só sobre as diversas configurações semântico-sintáticas construídas por um SPs que apresentam uma mesma constituição formal, mas também por que eles, embora pareçam ser formalmente o mesmo, selecionam ou apenas “ser” ou apenas “estar”.³⁹

A ideia de que houve uma mudança relativamente ao objeto possuído, no exemplo (d), é marcada, no enunciado, pela presença do advérbio “agora”. Esse advérbio ativa o pressuposto de que a entidade referida por “ele” não tinha, num tempo passado, uma casa. Substituamos “agora” por “linda”, e veremos que “estar” marca apenas “posse” (cf. Ele está com uma casa linda), embora seu uso

³⁸ Uma vez que os sentimentos das pessoas mudam, comumente, de dia para dia, eles são condições temporárias e *estar* deve ser usado. Notemos que nestes exemplos, entretanto, é *estar com* + “nome”; a mesma construção de *estar com* + nome também pode ser usada para indicar posse quando é ou uma natureza temporária (c) ou alguma coisa que representa uma mudança do que existia no passado (d). Posseção que dura um longo tempo é indicada por *ter*.

³⁹ Tomem-se para exemplo os sintagmas preposicionais ‘de__SN’ e ‘com__SN’, que podem construir os significados ‘procedência’, ‘constituído de’; ‘companhia’, ‘posse’, respectivamente, em construções como “é de Belo Horizonte”, “é de ouro”; “está com o pai”, “está com os documentos”. Faz-se mister reconhecer que o ‘de__SN’ de procedência não é o mesmo ‘de__SN’ que indica ‘constituído de’; e o ‘com__SN’ de companhia é um tipo diferente do ‘com__SN’ de posse.

seja compatível sempre com informações pressupostas atinentes a ‘estados resultantes de mudança’.

Tomemos esta outra passagem em que as autoras exemplificam a ocorrência de um SP ‘em__SN’ locativo. Há, explicitamente, uma referência à importância de considerar propriedades semânticas da estrutura da oração, o que não impediu as autoras de fazer alusão à noção de temporariedade da localização.

a. *Cida está em casa.*

b. *O lápis está na mesa.*

If you talk about the location of a person or movable object, you must always use *estar* because they can move (or be moved) from one place to another; the location at any one time is therefore “temporary”. In these two examples, the use of the preposition *em* also gives a clue as to which verb to use. When you talk about the place *in* which someone or something is located, you use the verb *estar* and the preposition *em* (p. 57, ênfase no original)⁴⁰.

No excerto acima, as autoras aludem à presença do traço [+ móvel] no sujeito como condição para o uso de “estar” com SP ‘em__SN’ locativo. Aqui já se nota uma preocupação em descrever a estrutura semântica da oração como uma das condições para elucidar a escolha entre “ser” e “estar”. Assim, uma explicação, inicialmente satisfatória, consiste em fazer ver que, dada a ocorrência de um SP ‘em__SN’ locativo, esse SP seleciona “estar” sempre que também seleciona para a posição de sujeito um substantivo [+ móvel]. Essa descrição dá conta de muitos casos em que a pessoa ou a coisa, sendo dotada da propriedade [+ mobilidade], é representada como situada em um lugar; mas não esclarece sobre casos em que o objeto *deve ser posto* em um determinado lugar. Em casos como o do enunciado “O lápis é no pote quadrado”, produzido numa situação em que alguém orienta outra pessoa a por em um dado lugar alguma coisa (‘indica-se onde algo deve ser posto ou guardado’), também há um sujeito [+ móvel] e, não obstante, usamos “ser”. Necessário é ver que o verbo “ser” atualiza uma informação que o verbo “estar” não comporta nos casos em que o sujeito é representado por um substantivo [+ móvel]. Poderíamos ser levados a concluir que o uso de “ser” é determinado pela ocorrência de um sujeito [+ móvel] e [-

⁴⁰ Se você falar sobre a localização de uma pessoa ou objeto móvel, você deve sempre usar *estar* porque eles podem-se mover (ou serem movidos) de um lugar para outro; a localização em algum tempo é por isso “temporária”. Nestes exemplos, o uso da preposição *em* também fornece uma dica sobre qual verbo usar. Quando você fala sobre o lugar em que alguém ou alguma coisa está localizada, você usa o verbo *estar* e a preposição *em*.

animado], de modo que se explicaria a não ocorrência de “ser” em um enunciado como “Cida é em casa”. Todavia, parece-nos possível a ocorrência de um enunciado como “Cida é na cama de baixo”, numa situação em que Cida disputa com a irmã a preferência pela cama de baixo (suponhamos se tratar de um beliche) e a mãe das meninas determina que Cida deve dormir na cama de baixo. O que torna possível o uso de “ser”, neste caso, e o que impossibilita a ocorrência desse verbo no caso anterior (“Cida é em casa”) é justamente o fato de podermos deduzir de um contexto dado a informação de que se está determinando o lugar onde uma pessoa ou coisa deve ser situada.

As autoras também referem os casos em que o ‘em__SN’ indica a localização de sujeitos dotados do traço [- móvel]. Nesses casos, observam elas, usa-se normalmente o verbo “ser”. A correlação com “ficar” também é apontada. Veja-se o excerto a seguir:

- a. *O edifício é na esquina.*
- b. *O edifício fica na esquina.*
- c. *Campinas é no Brasil*
- d. *Campinas fica no Brasil.*

If you are talking about something that cannot move, such as a town or a building, you must usually use *ser*. It is also common to use the verb *ficar* in these sentences to indicate this kind of permanent location. The verb *ficar* also has many other meanings, however; it is frequently used to refer to persons or things, but then it has nothing to do with location (p. 58, ênfase no original)⁴¹.

A equivalência com o uso de “ficar” ajuda-nos a esclarecer o valor funcional do verbo “ser” nos casos referidos. Tal como “ficar”, o verbo “ser” indica a localização de entidades, em orações em que figura a construção ‘em__SN’. No entanto, é preciso ter em conta o fato de que, se “ficar” é compatível com sujeito representado por um substantivo [+ animado] (cf. Cida fica em casa.), “ser” não o é, salvo casos em que se pode inferir que alguém esteja orientando outra pessoa a por em dado lugar alguma coisa ou a determinar o lugar onde uma pessoa deve ser situada.

⁴¹ Se você está falando sobre alguma coisa que não pode se mover, tal como uma cidade ou uma construção, você deve usar normalmente *ser*. É comum também usar o verbo *ficar* nestas frases para indicar este tipo de localização permanente. O verbo *ficar* também tem muitos outros significados, todavia; ele é frequentemente usado para se referir a pessoas ou coisas, mas, neste caso, ele não tem nada a ver com localização.

Caberia, no entanto, perguntar se o uso de “estar” em orações com ‘em__SN’ locativo e sujeito [- animado] e [- móvel] não encontra ensejo na língua. Ocorre-nos que, em nosso bairro, a unidade do curso *Wise up*, localizada em uma determinada avenida, fechou, mas foi reaberta noutra avenida próxima. De certo modo, pode-se dizer que a localização do curso mudou. Cuidamos que é perfeitamente possível dizermos “O Wise up está agora na avenida Meriti”, caso em que usamos “estar” para indicar a nova localização do prédio onde funciona o curso. O uso de “estar” é possível, nesse caso, porquanto podemos inferir uma mudança relativamente à localização do prédio. O uso de “ficar” poderia também ocorrer aí. Outro caso interessante é o enunciado “A PUC agora também está na Barra”. O uso de “estar” também é aceitável e envolve alguns pressupostos partilhados, tais como “A PUC tem uma unidade na Gávea” e “A PUC agora abriu outra unidade na Barra”. O uso de “ficar” é possível nesse caso também. Há que notar que um enunciado como “A PUC agora também está na Barra” corresponde a outro enunciado com o verbo “haver”, com algumas mudanças estruturais (cf. Há uma PUC agora também na Barra). Segue-se daí que “estar” pode também servir para expressar tanto uma localização fixa (caso em que vale por “ficar”) quanto existência situada (caso em que vale por “haver”).